



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2010

ACTA Nº 13

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Orçamento 2011 e Grandes Opções do Plano 2011-2014

3 – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros

4 – Mapa de Pessoal para o Ano de 2011

5 – Protocolos de Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para o ano de 2011

6 – Processo de Delimitação Administrativa da Freguesia de Poceirão

7 – Aprovação da proposta de Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal em Pinhal Novo

A Mesa foi constituída pelo 1º. Secretário servindo de Presidente Maria Antonieta Serrano Alves Sobral e pelo 2º. Secretário Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

- Sr. Vitor Borrego da CDU
- Sr. Pedro Serigado da CDU
- Sr. José Charneira da CDU
- Sra. Cecília Sousa da CDU
- Sr. José Silvério da CDU
- Sr. Manuel Lagarto da CDU
- Sra. Ana Sartóris do BE

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Álvaro Amaro
- Sra. Vereadora Adília Candeias
- Sr. Vereador. Adilo Costa
- Sr. Vereador Luis Calha
- Sr. Vereador José Carlos de Sousa
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Coelho

Iniciando os trabalhos, o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Vitor Borrego, Presidente da Assembleia Municipal, informou que não lhe será possível estar presente na sessão de hoje por motivos de saúde de sua esposa. A falta foi considerada justificada.
- Sra. Cecília Sousa justificou a ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, sendo a falta considerada justificada. Fez-se substituir pela Sra. Dina Maria Mateus Pereira que se encontra presente.
- Sr. José Charneira justificou ausência à sessão de hoje por motivos profissionais, sendo a falta considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o Sr. Mário Chitas Lança, que informou não poder estar presente por motivos profissionais. Deste modo foi convocado o elemento imediatamente a seguir na lista da CDU, Sr. Nidberto Patuleia Paiva que se encontra presente e irá tomar posse.
- Sr. José Silvério, Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, justificou ausência à sessão de hoje, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Luciano António Pereira da Silva, Secretário do Executivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

De imediato procedeu-se à tomada de posse dos Membros Srs. Nidberto Patuleia Paiva e Dina Maria Mateus Pereira que após juramento de honra e assinadas as respectivas actas, que ficarão apensas à presente, foram considerados empossados no cargo.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradecendo a presença do público presente o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção. De imediato pergunta se algum munícipe pretende intervir. Não havendo intervenções dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa informa que foram presentes à Mesa várias Moção sendo a primeira uma Moção da CDU. De imediato dá a palavra à bancada para apresentação da Moção.

Sr. Manuel Lagarto da CDU inicia participação nos trabalhos cerca das 21,32 horas.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU apresenta Moção sobre “Greve Geral de 24 de Novembro de 2010” que ficará apensa à acta.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 23 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP). De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sr. João Completo Costa do PS apresenta cumprimentos e votos de boas festas a todos os presentes.

Diz que, de uma forma geral, concordam com a Moção apesar de existirem alguns pontos com os quais não estão de acordo, não tanto pelo conteúdo mas sim pela forma. Quando no quarto parágrafo se saúdam os trabalhadores, o sector privado é referido como algo à parte. Pensa que se poderá alterar o texto para melhor. No último parágrafo gostaria que explicassem melhor a ideia de como é que se irá melhorar as capacidades competitivas da economia e como é que se fará a dinamização do aparelho produtivo.

Sr. José Braz Pinto do PS, diz que o direito à greve foi uma das conquistas do 25 de Abril. Antes desta data passaram-se por situações muito graves uma vez que não havia esse direito, por isso consideram tratar-se dum direito inalienável os trabalhadores manifestarem o seu descontentamento através dessa arma que a democracia lhes deu.

No entanto consideram que a Moção tem no seu todo um certo jeito da CDU, quase um jeito panfletário. De qualquer forma, para além do que já foi afirmado pelo Sr. Membro João Completo, gostaria que a Moção referisse algo sobre a solidariedade para com as dificuldades que os trabalhadores estão a atravessar que é um ponto fundamental. O direito à greve é uma coisa, mas há que estar solidário com as dificuldades que a classe trabalhadora atravessa neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

momento e que se prendem com medidas e políticas que extravasam o espaço nacional mas que os conduzem para situações bastante difíceis, sendo o desemprego a pior de todas.

Termina dizendo que, apesar das críticas e razões apontadas, a bancada do PS irá votar favoravelmente a Moção.

Sr. José Cardoso do PSD apresenta cumprimentos e votos de boas festas a todos os presentes.

Pessoalmente acha que os trabalhadores portugueses têm toda a razão em se manifestarem e saúda a forma cívica como decorreu a manifestação, apesar de achar que deveriam existir outros mecanismos para resolver os problemas que se estão a enfrentar, em especial para as classes mais desfavorecidas.

Ao contrário do que foi dito pelo Sr. Membro Braz Pinto é sua opinião que a Moção, ao contrário de outras apresentadas pela CDU, não tem nada que os partidos mais à direita não pudessem votar. Pessoalmente irá abster-se, ficando o sentido de voto da sua companheira de bancada ao seu critério, não deixando de saudar os trabalhadores portugueses.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, refere que a Moção refere as questões que foram abordadas na negociação com os representantes dos trabalhadores faltando inserir as últimas cinquenta medidas que foram lançadas pelo Governo, num ataque frontal aos direitos mais elementares dos trabalhadores portugueses.

Em resposta à grande luta histórica dos trabalhadores portugueses, mais de três milhões, o patronato e o Governo respondem com uma medida, oficialmente conhecida hoje, em relação ao despedimento de oitocentos e vinte trabalhadores dum sector público, estratégico e extremamente importante que são os transportes. Antes de despedirem já agendaram para Janeiro um novo aumento dos transportes. Ninguém pode ficar indiferente a estas medidas que são ataques frontais e motivo de grande preocupação para todos. Termina dizendo que a luta dos trabalhadores portugueses irá continuar e a CDU estará sempre ao seu lado.

Sra. Ana Sartóris do BE inicia participação nos trabalhos cerca das 21,43 horas.

Sr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP apresenta cumprimentos e votos de boas festas a todos os presentes.

Em relação à Moção da CDU diz que não votaram contra a sua admissão porque todas as Moções devem ser discutidas, tendo em conta a liberdade de expressão de todas as bancadas, apesar de poderem não estar de acordo com o seu teor.

Diz que todas as greves, e em especial esta, são legítimas porque são consagradas na lei e são um direito de todos os trabalhadores. No entanto não seriam honestos se deixassem passar em claro a carga política, e seu aproveitamento, à custa das misérias daqueles que já não têm trabalho e para quem estas greves nada contribuem.

Esta greve não foi útil uma vez que o Orçamento de Estado para 2011 já estava votado, por esse facto não seriam honestos ao colocarem-se numa posição e assumirem que a greve seria do mal, o menos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

A CDU aproveitou-se da situação através da sua central sindical, a CGTP, não sendo inocente o facto de na Moção não ser referida a outra central, a UGT, e a escolha da data 24 de Novembro.

Como é do conhecimento geral o 24 de Novembro, como 24 de Dezembro, é véspera de vinte e cinco. É véspera de esperança de um que se anuncia, do menino que se anuncia. Na nossa história recente, na democracia, o 24 de Novembro foi a véspera dum 25 de luta pela liberdade de muitos que permitiram que se falasse e dialogasse em franca liberdade de expressão. Se o 25 de Novembro não tivesse existido não teria sido possível hoje, e aqui neste órgão, conversar tão francamente, e cordialmente. Daí o facto de dizerem que a escolha da data da greve não ter sido inocente, pelo que todas as greves que servem única, e simplesmente, um intento político não serão apoiadas pelo CDS/PP.

Desta forma não poderão votar favoravelmente a Moção apesar de toda a compreensão que possam ter com aqueles que no seu grito de revolta se associaram à greve geral, nomeadamente todos os que trabalham e que contribuem para a riqueza do país.

Sr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Piteira Santos diz que é sabido que a greve é um direito, mas não é um mero direito formal. Trata-se um exercício democrático, uma arma utilizada pelos trabalhadores com um sentido político muito profundo, sendo por esse facto proibida antes do 25 de Abril. Alguns dos presentes na sala que nessa época fizeram greves clandestinas sabem bem o que passavam e p que isso significava: o despedimento e a prisão.

Partindo para questões de âmbito mais geral refere um conjunto de situações que o Governo se prepara para aplicar, nomeadamente o facto das bolsas de formação irem diminuir à semelhança do que aconteceu com o subsídio de desemprego, RSI, complemento solidário de idosos, abono de família, etc.

Para além destas ainda há coisas muito mais graves que estão para acontecer. A lei das indemnizações está para ser alterada e o que se perspectiva é aquilo que existia em 1972, ou seja os trabalhadores que eram despedidos recebiam quinze dias por ano de antiguidade. É isto que o Governo se prepara para fazer, ou seja reduzir para metade a indemnização por despedimento colectivo e ainda definir um plafonamento máximo acima do qual nenhum trabalhador, independentemente do número de anos de serviço, receberá.

Prepara-se também o Governo para criar um fundo de gestão privada para esses despedimentos, cujos contornos ainda não estão bem definidos, admitindo-se a hipótese de serem utilizados fundos da segurança social. Trata-se de uma coisa verdadeiramente perversa o facto de se vir a utilizar os descontos dos trabalhadores para servirem como recurso financeiro para a indemnização que as entidades patronais venham a fazer. Trata-se dum recurso civilizacional que remonta há mais de quarenta anos.

Em relação ao salário mínimo, e com a cumplicidade da UGT, já está a ser admitido que não entre em vigor em Janeiro de 2011 como estava acordado mas escalonado até final desse ano, que significa adiar por mais um ano a sua aplicação.

Quando perguntam o que é negociar com os trabalhadores, é concretamente esta situação. Aquilo que era um compromisso do Governo não vai ser cumprido, neste caso com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

cumplicidade dum central sindical que aderiu à greve, e sobre a qual nunca tiveram dúvidas sobre a sua natureza de classe e a sua cumplicidade com o poder.

Outro facto relevante é a existência uma proposta do CDS/PP, que foi apresentada por Paulo Portas, que pretende isentar de IRS as horas extraordinárias com um objectivo populista perfeitamente perceptível. Os trabalhadores numa primeira leitura acharão uma medida simpática, mas porquê só nas horas extraordinárias? Trata-se obviamente, e objectivamente, dum forma de obviar a que as empresas venham a admitir mais trabalhadores utilizando os que têm e recorrendo a horas extraordinárias em alturas de maior afluxo de trabalho.

Por outro lado também se estão a preparar para alterar e alargar o banco de horas que está previsto no Código de Trabalho.

Ao mesmo tempo os Governos do PS e PSD têm vindo a caminhar para acordos colectivos de trabalho, com comissões de trabalhadores, com o objectivo claro de fragmentar o movimento sindical e enfraquecer a capacidade reivindicativa dos trabalhadores. As negociações individuais não são mais do que o recuar ao tempo do estado corporativo que admitia estes acordos de trabalhos. É isto que actualmente está a ser admitido, que a CIP está a defender, e que, mais mês menos mês ou mais ano menos ano, irá ser aprovado se a luta dos trabalhadores não o impedir.

Mais grave ainda é que a “Lei do lay-off “ está prefigurada para entrar em vigor brevemente, ou seja as empresas com dificuldades económicas irão ter a possibilidade de despedir sem dar indemnização aos trabalhadores. É esta medida que o Governo pela trela da União Europeia se prepara para aplicar.

Quando o PCP apresentou na Assembleia da República alterações à taxa de mais valias, de vinte para vinte e um e meio por cento à semelhança de todas as outras taxas, o PS, o PSD e o CDS/PP votaram contra a proposta e inviabilizaram o aumento da taxa. Também quando o PCP apresentou a proposta relativamente aos lucros da PT, CGD, GALP, Jerónimo Martins, para que a lei fosse aplicada imediatamente a fim de se evitar fugas ao imposto, o PS, o PSD e o CDS/PP votaram contra. Em relação ao IRS que entrou em vigor este ano já teve efeitos a Janeiro, mas o mesmo não aconteceu para os dividendos podendo as empresas atribuir dividendos à margem da aplicação da taxa de mais valia.

Para terminar e em relação à questão colocada sobre como é que se faz o desenvolvimento do país, diz que não será seguramente com este tipo de política uma vez que recessão gera recessão.

Sr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP, diz que os trabalhadores em todos os países têm um determinado tipo de exigência legal e a ela se submetem porque o que querem é ter um emprego, não querem estar no desemprego nem querem ser os sem, sem. A CDU parece que continua na política de terra queimada e está desejava de ter três milhões não de trabalhadores mas de sem, sem. Os sem, sem, são pessoas sem estudos e sem emprego, aqueles que não se preocupam em ter emprego. Felizmente que em Portugal, e por todo o resto do mundo, o que se pretende e o que todas as pessoas querem é ter emprego, trabalhar e saberem o que são.

Dirigindo-se ao Sr. Membro Valentim Pinto diz que este não se deve esquecer que defende políticas e que está numa bancada. Pede para que dê o exemplo dum país do mundo em que o ordenado mínimo ultrapasse quinhentos euros e que tenha políticas comunistas, políticas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

preconizadas por países e regimes totalitários. A título de exemplo aponta as misérias de Cuba, Coreia do Norte e o falhanço total da antiga União Soviética.

Pergunta que honestidade é a da CDU ao preconizarem, neste órgão, políticas que ficaram no passado e no presente como totalmente falhadas e que não trazem apoio nenhum aos trabalhadores, que tanto dizem defender, a não ser que defendam a miséria para todos.

No CDS/PP dizem que todos têm direito a mais e melhor, mas à conta do esforço de cada um e não com rendimentos mínimos garantidos.

Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de comentar a intervenção do Sr. Membro Francisco Piteira quando este referiu que a greve não foi útil porque o Orçamento já estava aprovado. Diz não perceber o que entende por greve, uma vez que está consagrada na Constituição da República Portuguesa e que qualquer cidadão trabalhador, ou não, tem direito de a fazer não por uma atitude reactiva mas como consequência de algo que aconteceu. Com o Orçamento aprovado, ou não, os trabalhadores portugueses têm mais que direitos e deveres para se manifestarem.

Se a CDU utiliza as manifestações nacionais para se auto proclamar, presume que não seja verdade mas não sabe o que é que o Sr. Membro Piteira Santos acha do CDS/PP mudar a sua política de forma a ficar mais próximo dos trabalhadores tanto quanto a CDU.

Relativamente ao último comentário que o Sr. Membro fez, esclarece que não é a CDU que defende os despedimentos colectivos, nem alterações de leis laborais, nem cortes do Estado para o ensino universitário com as universidades cada vez com mais dificuldades e o consequente abandono escolar por dificuldades financeiras dos estudantes. A CDU estará sempre do lado daqueles que mais lutam, do lado daqueles que mais problemas têm e do lado daqueles que utilizam greves ou outros mecanismos para fazerem ouvir a sua voz.

Sra. Ana Sartóris do BE apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que tinha pensado não intervir mas, ao ouvir as declarações do CDS/PP acerca da Moção em discussão, não pode deixar de o fazer apesar de ter que se conter nas palavras, uma vez que as afirmações feitas consubstanciam uma profunda ofensa aos trabalhadores deste país.

Têm direito à greve todas e todos aqueles que têm emprego, que não têm emprego, que têm emprego mas que é precário, os estudantes, os artistas, todos os cidadãos deste país têm o direito de se manifestar no âmbito duma greve geral. Esta greve geral transmitiu uma ideia muito clara às políticas do Partido Socialista, e às políticas neo-liberais que o CDS/PP apoia, porque não dá para continuar a aceitar que o sector económico-financeiro permaneça impávido e sereno sem que sequer lhe toquem em matérias tão fundamentais de justiça fiscal, como nos offshores ou taxação das mais valias bolsitas, e depois pedir a todos aqueles e aquelas que mais dificuldades atravessam num contexto de austeridade que paguem a crise causada por aqueles que continuam a manter o sistema económico financeiro com uma saúde extraordinariamente plena.

A título de exemplo a Jerónimo Martins decidiu distribuir cento e trinta e um vírgula nove milhões de euros pelos seus accionistas. Trata-se de uma das empresas cuja percentagem de trabalhadores precários e sem direitos é a maior do país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

O sector bancário em 2009 e em pleno contexto de grande austeridade apresenta lucros de mil, seiscentos e cinquenta e dois milhões de euros. O CDS/PP esteve do lado daqueles que rejeitaram taxar estes grandes lucros e cobrar aos que mais têm para dar aqueles que menos têm.

Por último refere os números vergonhosos onde Portugal se apresenta sempre no pódium, dizendo que é o terceiro país da União Europeia com o maior número de trabalhadores precários sendo que a tendência é para subir porque a cada ano que passa o número aumenta, atingindo uma geração altamente qualificada em que foi feito investimento público não havendo retorno por parte da sociedade.

Termina dizendo que é nesta medida que o Bloco de Esquerda só pode votar favoravelmente a Moção apresentada pela CDU, da mesma maneira que esteve ao lado dos trabalhadores no dia da greve geral.

Sr. João Completo Costa do PS, diz que a bancada do PS irá votar favoravelmente a Moção apesar de não ter ficado esclarecido em relação à questão que colocou.

No entanto gostaria de referir um ponto, que poderá servir de reflexão a todos, e tem a ver com a afirmação que a greve é uma vitória dos trabalhadores. Oxalá tivesse sido uma vitória dos trabalhadores uma vez que o movimento sindical terá que pensar como se irá reformular e adaptar às novas realidades.

Não havendo mais intervenções, o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS e 1 do BE), 2 votos contra do CDS/PP e 2 abstenções do PSD.

Sr. José Braz Pinto do PS, apresenta declaração de voto dizendo que votaram em solidariedade com os trabalhadores, com as suas angústias, com as suas lutas e seus direitos mas desvinculam-se de alguma argumentação escrita que não foi explicada e de alguma argumentação verbal com a qual não estão de acordo.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à bancada do PS para apresentação de Moção.

Sr. João Completo Costa do PS, tendo em conta que no Natal as pessoas são mais humanas e pensam mais nos outros, a bancada do PS entendeu que uma forma de trazer o Natal à Assembleia seria apresentando uma Moção que falasse das pessoas e dos direitos humanos. De imediato apresenta Moção “ Pelos Direitos Humanos” que ficará apenas à acta.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 24 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sra. Ana Sartóris do BE, diz que é com algum regozijo que pela primeira vez concorda a cem por cento com o Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, tendo em conta que a matéria em causa são os direitos humanos e o estreito cumprimento da declaração universal.

Não pode deixar de ficar algo perplexa com a posição do Partido Socialista relativamente ao campo de prisioneiros de Guantanamo, nomeadamente no âmbito das descobertas da Wikilix e do papel que o Governo português parece ter desenvolvido no transporte, ou na possibilidade de permitir o transporte, de prisioneiros e de Portugal funcionar como estalagem desse transporte.

Independentemente do que acabou de referir o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a Moção.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

A sua intervenção tem a ver com a referência feita pelo Sr. Membro João Completo ao facto de no Natal se ser mais humano e pensar mais nas pessoas.

Diz que existe uma grande preocupação com o que se passa pelo mundo e com o facto agora conhecido da actuação do Governo português relativamente a Guantanamo. No entanto gostaria de falar em concreto do que se passa no nosso país relativamente aos direitos humanos e se estão, ou não, de acordo que os mesmos deveriam ser respeitados com a saúde acessível a todos, nomeadamente os reformados que não podem ter acesso aos medicamentos devido ao seu preço, e as crianças em idade escolar só terem acesso a refeições quentes se as escolas as fornecerem.

Pergunta que direitos humanos são estes quando há tanta gente a dormir nas ruas, e que políticas são estas que ferem tão gravemente os direitos humanos da população. A situação não irá ficar por aqui uma vez que o desemprego está a aumentar, no futuro deparar-nos-emos com casais jovens que verificarão que os direitos humanos só existem na retórica porque no dia a dia, e no seu caso, não serão respeitados.

Sr. João Completo Costa do PS, em resposta ao Sr. Membro Joaquim Caçoete diz que se este acha que há direitos humanos que não estão a ser respeitados em Portugal está à vontade para os colocar no texto da Moção, desde que não sejam alteradas nenhuma das alusões que são feitas.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, em sua opinião os factos por si referidos deveriam ser integrados na Moção.

Sr. João Completo Costa do PS, diz que aguarda que seja feita uma proposta desde que seja sobre direitos humanos.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, pergunta se há alguma proposta a apresentar.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, informa que não irá apresentar nenhuma proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Não havendo mais intervenções, o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 9 votos a favor (6 do PS, 2 do PSD e 1 do BE) e 15 abstenções (13 da CDU e 2 do CDS/PP).

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à bancada do BE para apresentação de Moção.

Sra. Ana Sartóris do BE, diz que apresenta a Moção no âmbito do que o BE tem feito na Assembleia Municipal. Há um ano atrás foi aprovado por este órgão uma “Consagração” pelo retorno de Aminetu Hadar e um apelo ao cumprimento dos direitos humanos do povo Sarauí.

Este ano pretendem salientar as questões da liberdade de expressão e é nesse sentido que apresentam a Moção, não só em defesa e em tributo aos activistas Liu Xiaobo e Guillermo Fariñas mas também para chamar a atenção para esta matéria que para o Bloco de Esquerda é flagrante delito e teve a ver com a impossibilidade destes activistas receberem os prémios que lhes tinham sido atribuídos pela luta pelo cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como é sabido a mulher de Liu Xiaobo foi impossibilitada de receber o prémio Nobel em nome de seu marido. Quanto a Guillermo Fariñas foi impedido de sair de Cuba para receber o prémio do Parlamento Europeu, Andrei Sakharov, para a liberdade de pensamento.

A este propósito gostaria de salientar que o caso Wikilix veio revelar um rol imenso de violações dos direitos humanos e do direito internacional à escala global, recorrendo aos meios da globalização para tornar global a informação que os senhores da guerra pretendem esconder.

Com esta Moção o Bloco de Esquerda quer condenar qualquer forma de violação dos direitos humanos, independentemente de quem a perpetua sejam estados como os Estados Unidos, Irão ou República da China, mas acima de tudo recomendar ao Governo todas as acções políticas e diplomáticas necessárias com fim à libertação do activista chinês Liu Xiaobo.

Diz que contam com a aprovação desta Moção pela Assembleia Municipal na linha daquilo que aconteceu relativamente a Aminietu Hadar porque entendem que Palmela é um Município que não tem dúvidas quanto à sua actualidade, e actividade, na promoção e defesa dos direitos humanos.

De imediato apresenta Moção “Em Defesa da Declaração Universal dos Direitos Humanos” que ficará apensa à acta.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 24 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU, em relação à Moção apresentada diz que a bancada da CDU irá abster-se.

Sr. João Completo Costa do PS, diz estar cem por cento de acordo com a Moção do Bloco de Esquerda uma vez que não é difícil estarem de acordo em questões essenciais como os direitos humanos. Podem não estar de acordo noutras questões, o que por vezes é bom porque é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

da discussão que nasce a luz, no entanto não resiste em dizer que a presente Moção foi escrita por alguém da ala trotskista do Bloco de Esquerda uma vez que não está a ver a ala maoista a falar mal da China.

Sr. José Braz Pinto do PS, dirigindo-se à Sra. Membro Ana Sartóris diz não estranhar estarem de acordo esperando que isso aconteça em muitas outras situações, quer com o Bloco de Esquerda ou outro partido, desde que defendam as mesmas posições. Refere que não são sectários nem vêm as coisas por um filtro onde só se filtram os interesses partidários individuais ou os interesses partidários colectivos no âmbito da geoestratégia ou geopolítica mundial.

Aproveita a discussão da Moção para referir um assunto tratado na discussão da Moção anterior sobre os pretensos voos da CIA que terão sobrevoado o espaço aéreo português. Segundo a argumentação do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros ninguém pode esperar que um acontecimento considerado secreto seja sabido por todos os Governos sobrevoados por um determinado avião. Os aviões pedem licença para passar no espaço de um determinado território e sendo secreto não se sabe a natureza do voo se não for especificado. Se no futuro se vier a provar que o Governo português teve culpas nesta questão, a bancada do PS será a primeira a estar contra, uma vez que não admitem que essa situação aconteça. Até lá acreditam que o Governo português não sabia que os voos transportavam presos para Guantanamo.

Em relação à presente Moção informa que irão votar favoravelmente, mas gostaria de esclarecer uma situação que não ficou muito explícita. Diz que uma coisa é os direitos e outra coisa é a consubstanciação plena desses mesmos direitos. Todos têm direito à saúde, ao ensino, à dignidade, nos termos da Constituição Portuguesa e das leis, mas é lamentável que as situações económicas e os desenvolvimentos económicos não permitam levar esses direitos o mais longe possível. Ao discutir estas questões estão a defender os direitos humanos que devia existir em países que escravizam a mão-de-obra como é o caso da China, que não respeitam a vida humana como é o caso do Irão e em que o ser humano não tem dignidade nenhuma. Quando esses países são de certa forma afectos a uma determinada esquerda deste país parece que há uma certa relutância em votar a favor. A bancada do PS não tem relutância nenhuma em votar a favor dos direitos humanos e contra todos os países que os violam, não são sectários e têm a mente aberta. Os direitos humanos são aquilo que acabou de frisar e eles felizmente existem em Portugal, depois do 25 de Abril.

Sr. Valentim Pinto da CDU, diz que a discussão destas Moções implicava um debate e uma discussão muito mais aprofundada tendo em conta o conceito de democracia, que já foi falado, e os critérios de atribuição de prémios.

Defendem, e ao longo da história têm-no demonstrado, a democracia num sentido mais amplo uma vez que a democracia não é um conceito as-tórico, não tem uma dimensão universal única e que ao longo da história sempre se verificou que tem a ver com questões culturais específicas. O modelo que predomina hoje no mundo, de representatividade eleitoral, não é necessariamente o único, nem será o melhor de participação dos cidadãos, até porque escamoteia e retira não só dimensões de democracia política, social e económica mas tem uma dimensão que não é de sobrevalorizar que é a dimensão de participação nos actos eleitorais, sendo que a democracia não se esgota aqui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Defendem a democracia do ponto de vista individual, mas também do ponto de vista colectivo, e que o critério de atribuição dos prémios seja o Sakharov, seja o Nobel da Paz, fosse mais objectivo. Verificam que são cirurgicamente direccionados com objectivos políticos, pelo que pergunta porque é que o prémio Sakharov, que aparece em Cuba, e o Nobel da Paz, que aparece na China, raramente aparecem em países da África, da América Latina, da Ásia.

A questão da democracia não é um acto meramente formal que se participa internamente, porque nos Estados Unidos, do ponto de vista formal e no conceito ocidental, ela existe. No entanto o que se verifica concretamente na intervenção política à escala planetária é que domina, escraviza e tenta apoderar-se dos bens, do domínio económico e do domínio político, doutros povos como o fez num passado não muito longínquo na América Latina e como faz um pouco por todo o mundo. Deste modo questiona que credibilidade merece um critério de atribuição do prémio Nobel da Paz quando Barack Obama foi agraciado com esse prémio.

Gostaria de fazer um desafio aos presentes, para reflexão, relativamente à questão concreta do que se passa na China e se têm conhecimento de que actos de delito de opinião pública foram praticados por Liu Xiaobo para estar preso.

Esta reflexão não pode ser vista de um ponto de vista de afunilamento político porque tem objectivos muito cirúrgicos e não é por acaso que eles aparecem em Cuba e na China, quando se sabe os direitos humanos na multiplicidade da sua amplitude é uma questão transversal a mais de dois terços dos vários continentes, incluindo a Europa nalgumas dimensões. A democracia não é só a possibilidade de quatro em quatro anos expressar a vontade política, a democracia é também um acto de participação cívica que está para além dessa formalidade.

Sra. Teresa Marta Joaquim do PSD, diz que, apesar da discussão já ir longa, não resiste em fazer uma intervenção sobre o assunto uma vez o que sente ao ouvir este plenário falar de direitos humanos é que a humanidade vai mal.

E vai mal quando dois partidos que apresentam basicamente a mesma Moção, têm que quase pedir licença um ao outro para aprovar as respectivas Moções. É de direitos humanos que se está a falar e não há que haver este tipo de actuação. As duas Moções são muito válidas, muito pertinentes, e na actual conjuntura do país e do mundo são muito importantes.

Por último, e dirigindo-se ao Sr. Membro Joaquim Caçoete, diz que este apresentou várias questões sobre direitos humanos muito importantes num plano muito concreto de vivência diária dos cidadãos. Felicita-o porque é um homem da Terra e, nessa condição, de certeza que todos os dias é confrontado com problemas de direitos humanos. Compreende bem o que sente porque é voluntária em duas associações, sendo uma delas de crianças seropositivas “Casa Sol” onde faz mediação com pais de crianças que não são seropositivas. Estes pais criticam e fazem perseguição psicológica aos pais, às famílias e às próprias crianças com SIDA que estudam nas escolas de Lisboa com o intuito de as tirarem de lá.

Gostaria de chamar à atenção que em Portugal, embora se viva em democracia há trinta e cinco anos, existem graves problemas internos relacionados com direitos humanos. Neste momento não lhe interessa discutir filosoficamente, porque não é o local próprio, o que são direitos humanos ou o que é que é a consubstanciação desses direitos, mas tão simplesmente felicitar o Sr. Membro Joaquim Caçoete, e mostrar-lhe a sua solidariedade, porque os direitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

humanos vão muito para além da cor partidária de cada um. Termina dizendo que todos têm o dever de lutar pelos direitos humanos.

Sr. João Completo Costa do PS, diz que não pode estar de acordo com aquilo que foi dito pela Sra. Membro Teresa Marta Joaquim porque o Sr. Membro Joaquim Caçoete ao abster-se na votação duma Moção de defesa dos direitos humanos está a tomar uma posição contrária.

Respondendo ao Sr. Membro Valentim Pinto diz que quando não se tem a certeza das coisas deve-se tentar obter informação. Em relação às razões que levaram à prisão de Liu Xiaobo, tem a dizer que se trata de um dos estudantes da praça Tiananmen tendo publicado a Carta 08, inspirada na Carta 77, que tem a ver com a invasão da Checoslováquia por parte da antiga União Soviética em que Vacla Havel disse: *“...devemos tornar universal a liberdade de expressão e de imprensa garantindo que os cidadãos possam ser informados e exercer os seus direitos ser supervisão política...”*.

Em relação à questão da atribuição do prémio Nobel ser direccionada politicamente diz que, ao que tem conhecimento, José Saramago que muito bem recebeu o prémio Nobel da Literatura não devolveu o prémio.

Gostaria, ainda, de saber quais as razões que levam o Sr. Membro Valentim Pinto a dizer que Liu Xiaobo não é merecedor do prémio Nobel e que a atribuição do mesmo se deveu a razões políticas.

Sr. José Braz Pinto do PS, diz que não se pode ser ingénuo ao ponto de não perceber que há certas pessoas que querem que o óculo, por onde se olha para os problemas e para os assuntos, seja só numa determinada direcção.

Lembra que num período em que havia pleno racismo nos Estados Unidos da América foi concedido o prémio Nobel a Martin Luther King, que posteriormente foi assassinado. Recorda, também, Boris Pasternak que foi impedido de receber o seu prémio Nobel da Literatura.

O que acontece é que a democracia e os direitos humanos são o direito à liberdade, à expressão e às condições dignas do ser humano.

Quando é dito que seria preciso saber os actos concretos praticados pelo prémio Nobel chinês faz lembrar que quando havia presos políticos, antes do 25 de Abril, o Estado Novo clamava que ninguém sabia os crimes praticados por esses cidadãos, o que é tenebroso. Quando se impede uma pessoa de exprimir as suas opiniões só porque se é contra um regime instituído, estamos a caminho da ditadura ou em plena ditadura. Aí começa a pensar que, se calhar, todos os partidos políticos que aprovaram a Constituição, à excepção do CDS que não aprovou, não estariam de acordo com tudo aquilo que estava expresso nessa mesma Constituição. É isso que sente quando começa a ver contestadas as eleições como um acto que parece que não tem importância nenhuma para a democracia em detrimento de outros com mais interesses.

Termina dizendo que o caminho que está a ser trilhado é perigoso, pelo que a bancada do PS defenderá sempre a liberdade, os direitos humanos seja em que país for e entendem, e aí estão de acordo com os Srs. Membros Teresa Marta Joaquim e Joaquim Caçoete, que é preciso aprofundar a democracia e os direitos humanos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP informa que a intervenção da sua bancada será feita pelo Sr. Membro Fernando Nascimento.

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que irão votar a Moção do Bloco de Esquerda porque é equilibrada e que o CDS/PP se absteve na Moção anterior porque o Partido Socialista apresentou uma proposta com um olho fechado, e outro aberto, que só abriu quando o Sr. Membro Joaquim Caçoete tocou na ferida dos recursos humanos.

Em relação à presente Moção merece todo o apoio do CDS/PP, ficando apenas o reparo de que é pena que o Bloco de Esquerda venha falar agora de direitos humanos quando na última ou penúltima sessões foi apresentada uma Moção contra a vinda de produtos têxteis fabricados na China, por pessoas e crianças que não têm direitos humanos, tenha votado favoravelmente a entrada de produtos chineses na Europa.

Sra. Ana Sartóris do BE, diz que tem que recorrer à figura de defesa da honra uma vez que o Sr. Membro Fernando Nascimento faltou à verdade. O Bloco de Esquerda apresentou muito claramente a sua posição relativamente à Moção apresentada pelo CDS/PP que nada tinha a ver com defesa dos direitos humanos mas sim com uma vertente neo-liberal da economia.

Não havendo mais intervenções, o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 11 votos a favor (6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE) e 13 abstenções da CDU.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à bancada do BE para apresentação de Recomendação.

Sra. Ana Sartóris do BE apresenta Recomendação sobre “Criação de Taxa Municipal de Ocupação da Via Pública sobre as Caixas Multibanco” que ficará apensa à acta.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 24 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Recomendação.

Sr. João Completo Costa do PS, em relação ao teor da Recomendação diz que em muitas localidades são as pessoas que pedem a instalação de caixas Multibanco.

Em sua opinião facilitam mais os utentes que os próprios bancos, uma vez que estes já há muito tempo tentam taxar este serviço. Se a Câmara aplicar uma taxa sobre uma caixa que está na via pública pode, por uma questão de justiça, levar o banco também a aplicar taxa sobre o serviço.

Não será por esta via que os municípios poderão vir a obter as receitas necessárias para assegurar a sua gestão uma vez que as quantias seriam irrisórias. Em relação aos bancos, e caso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

a taxa fosse aprovada, de certeza que esse valor recairia sobre o utilizador e aí não há lei que o impeça.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, diz que a bancada da CDU não pode estar de acordo com a Recomendação em discussão uma vez que esta questão terá que ser avaliada a nível nacional. Ao que lhe é dado saber a Câmara Municipal está a efectuar um estudo sobre a taxa em discussão, e outras, pelo que será necessário conhecer os seus resultados para se poder avaliar e tomar uma medida concreta.

Termina a sua intervenção dizendo que a sua bancada irá votar desfavoravelmente a Recomendação.

Sr. José Cardoso do PSD, diz que já não é a primeira vez que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista estão de acordo e fazem coligações ocasionais. Entendeu não intervir anteriormente porque está convencido que sobre o tema de direitos humanos estão todos de acordo, mas a intervenção do Sr. Membro Joaquim Caçoete introduziu um tema que concerteza custa a todos e todos os dias aparecem mais e mais problemas.

Em relação à Recomendação tem a dizer que reivindicou junto da banca caixas Multibanco porque as pessoas necessitavam das mesmas. Citando o caso de Marateca diz que só havia uma caixa com os consequentes transtornos de quando avariava terem de se deslocar à caixa mais próxima em Poceirão. Trata-se dum equipamento que facilita a vida dos cidadãos e o trabalho aos bancos, pelo que não concorda que se ataquem estas instituições uma vez que são necessárias. Não são só os bancos que lançam taxas, todos vamos que ter que pagar o aumento da luz, do gás e dos combustíveis.

Apela a que todos sejam cidadãos de pleno direito porque está nas mãos de cada um economizar e escolher se as compras são feitas no comércio local ou nas grandes superfícies. Também cabe a todos a responsabilidade de chamar a atenção de autênticos atentados contra o país que foram feitos por alguns cidadãos portugueses, de vários partidos mas principalmente do PS e do PSD que são os maioritários. Isso é que são injustiças e aí a pena não deveria ser leve porque não é justo o país estar a atravessar tantas dificuldades.

Termina dizendo que a bancada do PSD irá votar contra a Recomendação porque entendem que se trata de um serviço essencial para as populações mais dispersas que não têm agências bancárias por perto.

Sra. Ana Sartóris do BE, em relação às dúvidas de foro legal diz que a lei nº. 3/2010 é muito clara e estabelece, na b) do artº. 1º., a proibição de cobrança de encargos pelos beneficiários de serviços de pagamento nas operações de pagamento através dos terminais de pagamento automáticos. Por outro lado não está expressa na Recomendação qualquer menção de que as caixas não são úteis aos cidadãos, antes pelo contrário. Também são úteis outras estruturas na via pública como esplanadas, as feiras e as bombas abastecedoras de carburante, ar e água e que pagam taxas municipais.

Se, se considera que a actual situação económica e financeira do concelho é de tal modo benéfica que pode prescindir duma receita que pode ser na ordem de um milhão de euros, contas feitas para a cidade de Madrid, a questão é outra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

O que se propõe com a Recomendação é que a Câmara estude a possibilidade, mas parece que os senhores Membros entendem que a banca deve continuar isenta duma taxa municipal, que todas as outras estruturas comerciais pagam, e que isso é justo. Diz-se perplexa com toda esta situação uma vez que esta Recomendação já foi aprovada em outros municípios do país.

Sr. João Completo Costa do PS, diz que a questão da Recomendação ter sido aprovada noutros municípios não implica que a mesma tenha que ser, ou seja, aprovada no município de Palmela.

Gostaria de colocar uma questão muito prática pelo que pede à Sra. Membro Ana Sartóris que se coloque no papel dum banco a quem é solicitada a colocação de um terminal ATM num determinado local e ao saber que tem que pagar uma taxa já não o coloca. Pergunta como é que irá resolver essa situação.

Sra. Ana Sartóris do BE, diz que o acesso às caixas Multibanco que estão dentro dos estabelecimentos não ocupa a via pública o que poderá ser uma solução para o não pagamento de taxa.

Sr. Valentim Pinto da CDU, em sua opinião essa taxa para a Câmara além de simpática, seria necessária, uma vez que qualquer fonte de receita é sempre importante. Confessa não ter nenhuma preocupação em relação à banca tendo em conta os elevadíssimos lucros que têm, uma vez que qualquer taxa a que tenha que ser sujeita não teria nenhum peso significativo nos seus lucros.

A questão que coloca é que existem várias nuances de natureza jurídica, uma vez que uma coisa são as caixas ATM que estão nas instalações do banco e a outra são as que estão na via pública.

Diz que estaria de acordo se a Recomendação apresentada pelo BE fosse no sentido da Câmara Municipal vir a avaliar a possibilidade de aplicação da taxa, ao que parece já está a ser feito, mas não com o carácter de compromisso que lhe está implícito. Em sua opinião é desajustada e criaria um compromisso um pouco extemporâneo ao executivo, pelo que concorda que o sentido de voto da bancada da CDU seja de oposição à proposta.

Sra. Ana Sartóris do BE, na sequência da intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto o Bloco Esquerda propõe que a Recomendação fique somente com o primeiro ponto ou seja recomendar à Câmara Municipal a criação da taxa. Ao recomendar a criação da taxa está implícito que a Câmara irá avaliar se é possível ou não, uma vez que do ponto de vista legal isso é possível e até está justificado. Se não for possível por si só ser criada, a Câmara chegará a essa conclusão.

Não havendo mais intervenções, o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a Recomendação à votação tendo sido reprovada, por maioria, com 1 voto a favor do BE, 17 votos contra (13 CDU, 2 PSD e 2 CDS/PP) e 6 abstenções do PS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à bancada da CDU para apresentação de Moção.

Sra. Ana Cláudia Manuelito apresenta Moção sobre “Prisão de cinco cidadãos cubanos nos EUA” que ficará apensa à acta.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 24 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sr. João Completo Costa do PS, diz que a bancada do PS irá votar favoravelmente a Moção uma vez que a consideram justa. Não têm problemas em votar, ao contrário da bancada da CDU que quando se falou em Cuba votaram contra.

Gostaria de chamar a atenção para uma frase da Moção que dizia: “... *Uma comissão de três juízes norte-americanos decretaram a nulidade do julgamento.*” e pergunta à Sra. Membro Ana Cláudia Manuelito se esta situação seria possível na antiga União Soviética. Se, também, uma associação de juristas americanos condenou a situação é porque existe liberdade de expressão neste país, na América existe o bom e o mau. Termina pedindo à Sra. Membro Ana Cláudia Manuelito, que é muito jovem, que reflecta sobre o assunto.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, inicia a sua intervenção dizendo que a política não se mede aos palmos, e muito menos se mede pela idade, pelo que considera injusta a atitude do Sr. Membro João Completo ao tentar dar lições de democracia a uma Membro que foi eleita no mesmo pé de igualdade.

Se a questão da idade fosse a mais importante, dado que é mais velho que o Sr. Membro João Completo, teriam que medir o grau de conhecimento uma vez que conhece o mundo inteiro e algumas coisas que têm sido feitas na África do Sul e noutros locais.

Sr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP, sobre a Moção em discussão tem a dizer que é verdade que em qualquer país, por erros dos órgãos de justiça, podem-se cometer alguns delitos de direitos humanos.

No entanto a bancada do CDS/PP não se pode ser ambígua e estar nesta Assembleia a aceitar uma Moção, que tem carácter puramente político ao referir uma situação de direitos humanos relativamente ao que se passa nos Estados Unidos, sem que essa posição seja completamente esclarecida.

Quer se queira, quer não, o mundo é regido por leis que têm a ver com o estado de direito. Portugal estaria contra tudo o que se passa no resto do mundo porque foi dos primeiros países a abolir a pena de morte enquanto noutros, tão democráticos que são, nem sequer têm direito a um julgamento a não ser o da lei da bala.

Refere que não podem ser neutrais e sabem bem de que lado estão, estão do lado da democracia que é o direito que é exercido pelo povo soberano. Esse povo soberano há mais de duzentos anos que vota nos Estados Unidos, em Portugal não e no resto do mundo também muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

mal. Essa é a democracia que defendem, são esses os direitos humanos que defendem. Lá os direitos são perfilados quer pelas organizações do direito, nomeadamente os juizes, quer pelos movimentos cívicos que se criam contra as injustiças. Já noutros países, nomeadamente Cuba, Coreia do Norte, são violentamente exterminados sem que mais alguém lhes dê a palavra. Confundir direitos humanos em Cuba e nos Estados Unidos é a mesma coisa que confundir quando cai neve em Palmela ou no Pólo Norte.

Não havendo mais intervenções, o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS e 1 do BE) e 4 abstenções (2 do PSD e 2 do CDS/PP).

De imediato o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** pergunta se há mais alguma intervenção para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Sra. Carla Oliveira do PS apresenta cumprimentos e votos de boas festas a todos os presentes.

De imediato apresenta a seguinte intervenção: *“Serve esta intervenção para reflectirmos sobre a segurança da rede viária do Concelho de Palmela.*

Diz o Guia para a elaboração de Planos Municipais de Segurança Rodoviária publicado em 2009 pela ANSR, que um dos factores determinantes para prevenir a sinistralidade rodoviária se prende com, e passo a citar: Concepção, Construção, Sinalização, Conservação e Requalificação de Vias, Estacionamento.

No seguimento da publicação deste guia e da indicação para o desenvolvimento de um destes planos para cada concelho gostaria de perguntar à Sra. Presidente o que está a Câmara Municipal a fazer neste sentido, já existe alguma equipa a trabalhar neste assunto?

Como todos sabemos a prevenção de sinistralidade nas estradas é uma prioridade do nosso país. Estamos a falar, no limite quer de vidas humanas, quer da qualidade destas mesmas vidas.

É relativamente à Concepção, Construção, Sinalização, Conservação e Requalificação de Vias; que gostaria que reflectíssemos hoje nesta sessão.

E é especialmente no que concerne à sinalização, conservação e requalificação das vias que me parece que a Câmara municipal de Palmela tem de fazer um grande esforço de melhoria! Então vamos por partes:

*Relativamente à **sinalização** já aqui falei na falta de cuidado com a este factor, nomeadamente na sinalização de obras, mas a situação continua a repetir-se, basta passar por qualquer obra da câmara municipal em qualquer estrada do nosso concelho para que nos apercebamos não só da deficiente sinalização, mas também muitas vezes do facto desta sinalização estar colocada de forma errada. Já cheguei a ver sinalização de aviso de início de obras no final da mesma.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

No que se refere à **conservação e requalificação das vias** existem uma série de pontos negros no concelho dos quais me parece importante enumerar e descrever alguns:

- E vou começar pelo problema mais recente, que todos nós de certeza conhecemos e por onde grande parte de nós passou para se dirigir a esta assembleia, refiro-me à obra que foi iniciada há cerca de 3 semanas na subida da Volta da Pedra para Palmela. Enquanto a obra esteve a decorrer esta estava mais uma vez mal sinalizada, os condutores praticamente só se apercebiam da mesma quando já estavam a escassos metros. Mas pelos vistos a intervenção necessária já foi realizada e a estrada não foi asfaltada, nem que fosse, como tem sido hábito nas obras realizadas pela câmara, com um “remendo”. O que acontece actualmente é que sem que os condutores se apercebam, se iniciarem uma ultrapassagem terão sérias dificuldades em voltar à via da direita. Já várias pessoas me falaram desta situação! E penso que todos conseguimos perceber o perigo para a segurança rodoviária que esta situação representa.

- Uma outra situação de que já aqui falamos por diversas vezes refere-se à Estrada da SETCOM e a estrada de Cabeço de Ruivo. Ambas ligações, com muito movimento, à Pérola deste concelho, no que ao tecido empresarial diz respeito, a Autoeuropa. Ambas com imensas curvas e em péssimas condições de conservação!

No concreto são estas as duas estradas, cheias de curvas apertadas e imensamente perigosas, que são os acessos da Sede de Freguesia à zona da Auto Europa e à zona poente da Freguesia, há mais de 12 anos. E após o comboio pela ponte 25 de Abril, são também o acesso à Estação da Penalva, que será mais atractiva para os moradores na Quinta do Anjo do que propriamente a estação de Palmela, até porque a sua localização, apesar do nome é na Freguesia da Quinta do Anjo.

Já aqui foi também referido pela Sra. Presidente, tantas vezes quantas as que aqui trouxemos esta questão, que esta é uma grande preocupação da Câmara, que tem de se escolher uma das duas estradas para intervir, que se está a estudar toda a situação, que estão mais inclinados para a recuperação da estrada da SETCOM e que esta obra envolve expropriações, o que é sempre delicado, etc.

Ora segundo apurei aquando da aprovação do empreendimento Palmela Village, a Câmara privatizou parte da estrada de Cabeço de Ruivos, que passou a integrar a zona do condomínio privado do Palmela Village, tendo nessa altura (ano 2000) prometido conjuntamente com o promotor, executar até ao final de 2004 um troço da variante à estrada nacional 379, entre a estrada municipal 510 e a zona da Auto Europa, o que iria permitir em boas condições e segurança, desviar o tráfego das duas estradas acima referidas, para esse troço de variante, garantindo acessibilidades em boas condições da sede de Freguesia de Quinta do Anjo à zona da Auto Europa, situação e promessa que nunca foi cumprida, apesar de constar do protocolo de concessão do alvará de loteamento e construção do empreendimento turístico, com datas para a sua concretização até 2004.

Colocamos mais uma vez a questão: Para quando a resolução desta situação que vem a provocar imensos acidentes?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

- Mas se mudarmos de zona, as coisas não melhoram! A estrada da Palhota está com vários buracos, entre eles uns que foram provocados pela abertura de valas, transversais à estrada e que quando tapadas o asfalto abateu! Situação que também já aqui referi, apesar de não ser nesta estrada em particular!

- Se continuarmos a passear pelo concelho verificamos que a estrada dos Espanhóis continua com 20 metros em terra batida, junto à sua ligação com a estrada do Lau. Mais uma situação perigosíssima, e que sinceramente não se percebe! Será que é assim tão caro asfaltar aqueles 20m de estrada?

- Cruzamentos mal sinalizados e que promovem acidentes constantes, como exemplo refiro o cruzamento da Estrada de Algeruz com a estrada do Lau. Aqui bastava sinalização horizontal para delimitar a zona de stop.

- Mas a sinalização horizontal também pode ser um problema neste concelho e aqui entra a parte da concepção! Não percebo, de todo, como é que se define a sinalização horizontal para a estrada que liga a estrada de Algeruz à rua das Caixinhas, em direcção ao golfe do Montado com um traço descontínuo, desde o início ao fim! Temos curvas a 90º, subidas onde não há qualquer visibilidade, será que nenhum destes troços merece um traço contínuo?

Em resumo, para onde nos viremos encontramos situações perigosas na rede viária do concelho de Palmela. A sensação que tenho é de que as nossas estradas são para quem as conhece bem! OU seja se não se passa por lá todos os dias é um exercício arriscado. E mesmo quando se utiliza diariamente uma estrada corremos o risco de sermos surpreendidos com novas obras sem qualquer sinalização!

Parece-me que temos de reflectir sobre estas situações e resolver aquelas que já estão identificadas, bem como promover uma forma de corrigir os problemas mais graves à medida que estes vão surgindo!

Temos ambições turísticas, queremos atrair pessoas ao nosso concelho! Este não me parece um bom cartão de visita!"

Sr. José Braz Pinto do PS apresentou a seguinte intervenção: "Pretendo abordar rapidamente três assuntos:

- Esta Assembleia, lugar de debate político por excelência, deve primar pelo rigor das afirmações, pela moderação dos ataques, em suma pela verdade. O contrário será demagogia e uma certa hipocrisia política.

Tudo isto para recordar a anterior assembleia ordinária que, na altura, classifiquei como a assembleia do repúdio.

Foi repudiada a atitude do Ministro da Agricultura, no que se referia à sua actuação face à queima, pelo excessivo calor, das vinhas do concelho. Recordo que o Ministro proporcionou ajudas de crédito com juros altamente bonificados em amortização a seis anos.

Na altura eu próprio, em relação à minha colheita, duvidava do prejuízo efectivo e, nesse sentido, por me parecer justo o lamento dos viticultores prejudicados, queria aprovar a Moção apresentada na altura. Considerando os adjectivos usados, demasiadamente desproporcionados, solicitei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

alterar o repúdio para lamentar ou outra expressão do género. A Sra. Membro Ana Sartóris disse não poder porque se tinha comprometido com os agricultores.

Hoje depois de avaliar o que comigo aconteceu, depois de contactar com a Adega que recebe as minhas uvas, depois de contactar com mais de uma dezena de viticultores, depois de falar com a AVIPE e as Adegas Cooperativas, posso afirmar que a colheita foi melhor que nos anos anteriores. A super colheita da vinha não afectada superou a perda da vinha queimada. Se tal não tivesse acontecido haveria uma superprodução com o conseqüente abaixamento do preço da uva, o que seria um descalabro para os pequenos viticultores.

Como vêem Srs. Membros, atacar por atacar não compensa. Agora sou eu que repudio as vossas afirmações e a vossa Moção de então.

- A Câmara determinou o aumento do preço do serviço de limpeza de fossas. De dois euros o metro cúbico passou para cinco euros, ou seja um aumento de duzentos e cinquenta por cento.

Quem terá que cumprir esta tabela serão as freguesias, ou seja o odioso fica para as mesmas freguesias, e note-se que as que maior serviço do género têm são as duas mais pobres (Marateca e Poceirão). Também para impor o acatamento da medida são cortados os subsídios da Câmara para este serviço.

No passado, na Assembleia de Freguesia do Poceirão, de que fiz parte, critiquei o facto de andarem a despejar a cisterna a céu aberto. O Sr. Presidente, depois de afirmar que até fertilizava os terrenos, julgo ter-se consciencializado não tornando a repetir o acto. Na Marateca o ex-Presidente Lança da CDU foi multado por esta prática.

Pois bem, este acto de atentado contra o ambiente e de poluição dos lençóis freáticos e da água para uso humano, é o que se perspectiva no futuro face a este aumento draconiano. Os particulares, principalmente os de menos recursos, serão tentados a despejar eles próprios, a céu aberto as suas fossa ou em alternativa, menos visível, romper os fundos das fossas para permitir infiltrações. Outra situação que poderá acontecer é o agudizar do não pagamento dos serviços o que já vem acontecendo mas em pequena escala. Recordo que as juntas de freguesia não têm estrutura técnico-jurídica para a cobrança coerciva de dívidas.

Feito um levantamento posso afirmar que na nova tabela, uma família de quatro pessoas pagará cerca de noventa euros por mês para despejo da sua fossa. Se estiver ligada à rede de esgotos e rede de águas pagaria trinta por cento do consumo da água o que seria muito mais barato.

Recordo também que em diversos aglomerados do Bairro Margaça não foram feitas ligações ao colector já existente. Já é mau que os habitantes do campo, e grande parte deles são pequenos agricultores, não usufruam das redes de águas e esgotos. É compreensível que não se façam as duas redes porque tal seria incomportável economicamente dada a dispersão habitacional. Seria bom que pelo menos beneficiassem de uma das redes, a de saneamento, para protecção ambiental.

Mas é abominável que um município, para além de não beneficiar deste investimento camarário, para além dos encargos com a construção da sua própria fossa, tenha de pagar mais pelo desembaraçamento dos dejectos do que aqueles que teria se tivesse acesso às infra-estruturas. A Câmara, que se reivindica de social deverá rever estas tabelas de forma a que os encargos sejam iguais para todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

*- Recebi uma comunicação via e-mail de um munícipe que passo a citar "Ipsis Verbis":
"No dia onze de Outubro o meu filho foi atropelado na estrada 533 junto ao café "A Cigana". Ele estava na paragem com o irmão. Como eram 7,20 h da manhã, como não tem abrigo na paragem, como ameaçava chover, fez como todos os meninos e atravessou a estrada para se abrigar na esplanada do café.*

Esclareço que junto à paragem não existe passadeira de peões. Inexplicavelmente esta só existe junto às caixas de correio do outro lado da rua dos Cardosos. Resultado, as crianças e são cerca de dezasseis, todos os dias, para se abrigarem, têm que atravessar fora da passadeira de peões na estrada 533 ou na rua dos Cardosos.

O meu filho ficou em estado grave, com fractura exposta de perna esquerda e com fracturas múltiplas crânio/face. Teve um traumatismo no nervo óptico do olho esquerdo ficando com a visão a 0,05.

O irmão conseguiu sair ileso porque apercebendo-se do carro que se aproximava, correu e ainda gritou para o irmão, infelizmente sem resultados."

Poderia acrescentar uma legenda "sem comentários", mas pergunto:

Não será possível por passadeiras nas paragens com mais serventia de crianças?

Não será possível anteceder essas paragens com lombas dissuasoras de velocidade?

Não será possível por abrigos nessas paragens?

É preciso acontecer acidentes para resolver os assuntos numa lógica de "casa roubada, trancas à porta"?

Quem indemniza esta mãe ou este menino?

A Culpa morrerá solteira ou far-se-á justiça?"

Terminadas as intervenções o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação às questões colocadas começaria por responder ao Sr. Membro José Braz Pinto dizendo que percebe o drama da questão que acabou de colocar, nomeadamente quando há um acidente, e ainda por cima com uma criança. É evidente que é um assunto que choca toda a gente e percebe o facto de ter trazido esse exemplo em concreto. Em relação à carta da mãe da criança será sempre qualquer coisa que toca a todos, independentemente de ser correcto ou não, de ser adequado ou não, colocar-se uma passadeira exactamente no sítio onde está a ser reclamada.

A primeira observação que gostaria de fazer é que nem todos os sítios serão tecnicamente adequados à colocação duma passadeira, onde às vezes as pessoas pensam e pelo facto de existir até uma paragem autocarro. Refere que algumas já têm sido retiradas por estarem associadas a locais de perigo. Refere que no local referido não existe nenhum pedido de colocação de abrigo nem nenhuma apreciação de necessidade de passadeira, no entanto os técnicos irão avaliar a situação uma vez que a realidade é mutável e deverá ser constantemente observada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Em relação ao facto da zona do Bairro Margaça não estar servida de esgotos, gostaria de dizer que nesta zona existem redes que não têm todas as ligações feitas porque as pessoas não pediram para ligar. Essa será uma das razões pelas quais existem mais dificuldades em continuar a estender redes. Se é feito um investimento brutal e as pessoas não se ligam, e não descarregam os seus efluentes nos colectores, é evidente que o sistema fica por um lado sobredimensionado em relação à quantidade de pessoas que o utilizam e por outro lado não é sustentável. Existe também uma determinada zona onde ainda não se conseguiu fazer chegar os colectores e respectivas ligações.

No que respeita ao custo das tarifas das fossas e ao facto de se ter cortado no subsídio às freguesias, não sabe o que Sr. Membro Braz Pinto quer dizer com esta ideia. Esclarece que não foi cortado nenhum subsídio às freguesias, até porque nunca atribuíram nenhum. Atribuíram sim um valor, no âmbito do protocolo de descentralização de competência, para essa tarefa em concreto e que permitiu às Juntas apetrecharem-se dos meios adequados para procederem à execução das tarefas, nomeadamente viaturas, limpa fossas, cisterna, etc. e também financiar os custos de pessoal associados à tarefa. O que aconteceu foi que na análise constante dos protocolos, que é feita com as Juntas de Freguesia, concluiu-se que não fazia sentido continuar a atribuir uma verba para a execução da tarefa quando ao mesmo tempo as freguesias passavam a receber o total da tarifa cobrada pela prestação do serviço.

Em relação ao valor da tarifa e tendo em conta uma recomendação da entidade reguladora que veio levantar o problema do custo praticado nesta área, como noutras, que diz que tem que haver um estudo económico acerca das tarifas sendo que neste caso tem que ser absolutamente adequado ao custo exacto que a tarefa tem. Tendo a noção que estão aquém dum valor real, e daquilo que se passa em muitos municípios da região, colocaram em prática um valor que situa o município numa média comparativamente abaixo dos municípios de toda a região. Trata-se duma recomendação que é uma directiva nacional aprovada por um organismo sobre o qual o Governo tem toda a ascendência.

Quanto às questões apresentadas pela Sra. Membro Carla Oliveira, na perspectiva da prevenção rodoviária, diz que a resposta é muito simples. Refere que se consultar o relatório de actividades apresentado para o período pode ver nas páginas quarenta e nove a cinquenta e um, três páginas cheias de referências a intervenções na rede viária. Para além de obras que estão a decorrer e de empreitadas concluídas existe um conjunto de intervenções executado por administração directa que inclui um sem número de acções que mostram o que se está a fazer. Foram também levadas a cabo uma multiplicidade de acções relacionadas com sinalização, no sentido de renovar, corrigir e melhorar a sinalização. Todo este trabalho faz parte do trabalho de prevenção rodoviária. Para além das intervenções na rede viária, existem ainda questões para reflexão em torno de problemas da mobilidade que também são problemas relacionados com a segurança e as condições em que acontece a circulação nas vias.

Aproveita para referir que, de acordo com os dados fornecidos pelo Governo Civil de Setúbal, existem no concelho de Palmela situações consideradas graves do ponto de vista dos números. No entanto é preciso não esquecer que Palmela é o concelho da península mais atravessado por vias de grande importância, nomeadamente auto-estradas e estradas nacionais com muito tráfego. Diz que embora estejam atentos aos números é preciso saber interpretá-los e adequá-los à realidade do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Em relação à estrada da Palhota, existem obras que ainda não foram recepcionadas e as empresas foram notificadas a efectuar reparações que ainda têm que ser feitas. O troço da estrada dos Espanhóis que ainda não está alcatroado tem a ver com um conflito entre particulares. A obra na estrada para Palmela, um pouco acima da Volta da Pedra, não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Ao que parece trata-se dum problema muito complexo num colector gerido pela Simarsul e as obras têm sido feitas por esta empresa e pelas Estradas de Portugal. A situação tem vindo a ser acompanhada pela Câmara Municipal uma vez que já se arrasta há muito tempo e até porque o estado em que o pavimento da estrada se encontra é muito perigoso. Em relação à estrada de Cabeços Ruivos e da Setecom, já foi amplamente explicada a estratégia de estudo e intervenção que se encontra em Plano de Actividades. Em sua opinião as estradas não estão em mau estado tendo em conta as suas características, nomeadamente traçado e dimensão, existindo no concelho outras que estão em pior estado.

Quanto à sinalização, cada um é livre de ter a sua opinião e achar que os sinais não estão correctamente colocados. Existem regras técnicas para colocação da sinalização e a Câmara Municipal tem técnicos que verificam e fiscalizam a colocação de sinais, pelo que não será de ânimo leve que se diz que não estão correctamente colocados. Não é impossível existirem situações de sinais mal colocados, por vezes até por acções de vandalismo, pelo que solicita informação sobre casos em concreto. Quanto à colocação da sinalização em obras as empresas têm que apresentar um plano de sinalização da obra, e fazem-no com regras que estão definidas, acontecendo por vezes que os sinais são roubados.

Terminadas as intervenções, o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** dá início ao Período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, informa que não irá ler a introdução ao relatório da actividade municipal mas estará ao dispor para responder a questões que entendam colocar.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sra. Ana Sartóris do BE, diz que gostaria de colocar uma questão muito concreta em relação ao quadro resumo de acidentes de trabalho uma vez que o número lhe despertou curiosidade. De acordo com os dados ocorreram na totalidade vinte e oito acidentes de trabalho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

sendo que nos dois últimos meses ocorreram dez acidentes de trabalho em dois meses. Gostaria de saber que situações concretas foram as ocorridas e se de algum modo existe explicação para este número que é demasiado elevado.

Gostaria, também, de ser informada em relação à caducidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, uma vez que dum total de quarenta e três ocorreram nos últimos dois meses trinta e oito caducidades.

Sr. José Cardoso do PSD, coloca questão sobre análise da execução orçamental tendo em conta que a previsão de receita é de cerca de cinquenta e oito vírgula três milhões de euros, pelo que gostaria de saber se a verba recebida está próxima ou não da prevista.

Em relação à despesa também gostaria de saber se a despesa irá acompanhar a previsão feita ou se houve alguma alteração positiva ou negativa no último mês.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa pergunta se a Sra. Presidente da Câmara quer responder a alguma das questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, em relação à questão dos acidentes de trabalho não lhe será possível dar uma informação exacta de quais os acidentes ocorridos, mas o registo que existe aponta para não serem acidentes de trabalho significativos. São inúmeras pequenas coisas, que até podem acontecer na deslocação casa/trabalho, mas que concorrem para o número final das estatísticas. Trata-se duma coincidência neste período de tempo juntar-se este número de casos que de todo não são relevantes.

Em relação à caducidade dos contratos terem ocorrido em maior número nos últimos dois meses, teve que ver com facto de ser o fim do período dos contratos e dessas pessoas terem integrado o quadro de pessoal.

Sra. Ana Sartóris do BE, gostaria de saber quantos integraram o quadro de pessoal no total das trinta e oito caducidades.

Sra. Presidente da Câmara, informa que os trinta e oito casos foram integrados no quadro de pessoal.

Em relação à questão da execução orçamental tem a dizer que estando já muito perto do final do ano já existe a noção da realidade. Relativamente à despesa ainda está um pouco aquém do previsto uma vez que o último mês do ano é o mês em que se realiza muita despesa. O mesmo não se poderá dizer da receita que irá ficar muito aquém das expectativas.

2 – Orçamento 2011 e Grandes Opções do Plano 2011-2014

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sra. Presidente da Câmara, tendo em conta a importância estratégica que o ponto tem gostaria de fazer algumas considerações tendo como base a introdução ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

A proposta reflecte a acentuada quebra de receitas com que foram sendo confrontados ao longo do ano o que desde logo reduz muito significativamente a capacidade de investimento. A situação deve-se ao facto de existir uma alteração na lei das finanças locais que foi aprovada em 2007 e que condicionou imediatamente as transferências do Orçamento de Estado para os municípios. Palmela é um dos municípios prejudicados, uma vez que a lei beneficiou os municípios com maior densidade populacional e por outro lado a alteração introduziu novas regras para o cálculo da Derrama que penalizaram os municípios. A entrada dos programas de estabilidade e crescimento reduzem o valor que é devido aos municípios na repartição dos recursos públicos e as verbas transferidas pelo Orçamento de Estado foram claramente menores. Se a tudo isto se somar os efeitos da crise económica e financeira que se tem feito sentir, e que actua fortemente sobre a actividade económica local, é evidente que condiciona muitíssimo o conjunto de recursos de que se dispõe e a proposta apresentada é muito condicionada por estas realidades.

Refere que a proposta é inevitavelmente condicionada pelas despesas inerentes às competências próprias do município que são despesas fundamentais para assegurar os compromissos nas áreas da educação, tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos, onde são consumidas muitas das receitas e uma parte significativa das disponibilidades.

Existem encargos muito significativos que decorrem dos investimentos que foram sendo feitos nas escolas e equipamentos culturais, que sempre que são consolidados se transformam numa fonte de despesas uma vez que existem despesas com a manutenção e com o pessoal afecto.

Há ainda outro tipo de compromissos que decorrem das opções políticas de gestão nomeadamente, algumas das despesas assumidas em matéria de recursos humanos, quando foi feita a opção gestionária. Mas não é só a opção gestionária que contribui para o aumento das despesas, uma vez que a comparticipação do município para a Caixa Geral de Aposentações aumentou bem como os encargos com a saúde.

Na área do ambiente foram feitas opções políticas que também se transformam em condicionantes. O facto de se ter aderido a sistemas multimunicipais como a Simarsul e Amarsul faz com que existam encargos que não podem ser decididos ano a ano e são incontornáveis.

Face ao quadro de dificuldades financeiras as opções municipais assentam num profundo esforço de contenção da despesa, procurando rentabilizar os meios materiais e humanos ao dispor e aprofundando o trabalho em parceria com a comunidade e com as instituições locais.

Propõe-se que o município continue o esforço de investir na qualificação das infra-estruturas (rede viária, abastecimento de água e saneamento), na regeneração urbana e na educação.

Mantém-se o compromisso de continuar a afirmar Palmela como um território qualificado onde existem, e coexistem, projectos inovadores no domínio das indústrias e novas tecnologias com um mundo rural cada vez mais qualificado e gerador de riqueza assente na valorização dos produtos de excelência. Por outro lado pretendem continuar a trabalhar nos domínios do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

planeamento e gestão do território, da mobilidade, do ambiente, do desenvolvimento económico e do turismo e da qualificação urbana.

Continuam disponíveis para as parcerias e relações de cooperação com entidades públicas e privadas e não deixarão de continuar a procurar formas de financiamento externo para projectos e obras relevantes para o concelho. Nesta relação, e investimento, que é feito nas parcerias e cooperação com outras entidades gostaria de sublinhar a disponibilidade em continuar a trabalhar com o poder central na concretização de investimentos e de acções que qualifiquem o território.

Refere ainda uma última área que merece, e deverá continuar a merecer, o esforço contido na proposta ou seja oferecer serviços de qualidade reforçando as capacidades e aumentando a eficácia e eficiência dos serviços e do desempenho. É com estes princípios que pensam que se define a proposta de Orçamento e Plano de Actividades.

Em relação ao Orçamento refere que apresenta um valor global de cinquenta e oito milhões de euros, do total das receitas orçamentadas dezoito milhões de euros são receitas extraordinárias provenientes da utilização de empréstimos de médio prazo, das participações do QREN, da utilização de garantias bancárias, da receita que constituirá o investimento na construção do quartel do Destacamento da GNR em Palmela e nas taxas de urbanismo estimadas em dez milhões de euros. O valor das receitas diminui significativamente em relação a 2010, continuando os impostos directos, nos quais o IMI se assume como o principal imposto, a ser o capítulo com maior peso no total da receita.

Para terminar refere que nas Grandes Opções do Plano existe um financiamento assegurado de trinta e quatro vírgula quatro milhões de euros; as despesas com pessoal significam dezanove vírgula quatro milhões de euros; as despesas não imputadas às GOP, que genericamente se designam por despesas de funcionamento, são quatro vírgula cinco milhões de euros. Refere, ainda, uma situação excepcional que é o facto do valor das GOP incluir seis vírgula quatro milhões de euros de encargos que transitam de 2010 por não se ter conseguido financiar. As GOP têm uma actividade global de vinte sete vírgula nove milhões de euros.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

Sr. João Completo Costa do PS, refere que a Sra. Presidente da Câmara já enumerou algumas das dificuldades nomeadamente as transferências do Governo central que diminuíram e algumas receitas que baixaram, situação que compreendem mas a verdade é que tem que se viver com o que se tem e gerir o orçamento dessa forma. Quando há dinheiro é fácil gerir, quando há menos é mais difícil e há que definir prioridades.

Em relação à despesa existem valores que lhe causam alguma estranheza, principalmente devido à crise e à contenção de verbas.

Quanto às receitas, e após ter efectuado cálculos, chega à conclusão que podem ficar doze por cento aquém das receitas estimadas. Tendo em conta que para 2011 se prevê um aumento de receitas de nove por cento, acrescendo os doze por cento, dá um valor de vinte um por cento de receitas relativamente ao realizado em 2010 o que é preocupante.

Refere que o preocupa, e causa-lhe alguma estranheza, o aumento na conta de limpeza e higiene de 2010 para 2011 que é de cerca de quarenta por cento, o que é muito. Daí tirar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

conclusão de que ou não se tratou da limpeza e higiene nos anos anteriores e gastou-se pouco ou então existe algo que não se coaduna com a época de crise que se vive. Relativamente aos artigos honoríficos e representação existe um acréscimo de cinquenta por cento em 2011 relativamente a 2010, algo que também não se compreende. Que se gaste mais em comunicações até admite, mas que o acréscimo seja de mais de cem por cento é algo estranho. Também não se compreende muito bem que em deslocações e estadias o acréscimo seja cerca de dezanove por cento. Existe ainda uma rubrica que não sabe o que é, despesas diversas, e que tem um aumento de mais de quinhentos por cento. As instituições sem fins lucrativos tiveram um decréscimo de quarenta e um e meio por cento o que demonstra a definição de prioridades. Se calhar valeria mais investir numas áreas e não descer quarenta e um e meio por cento e reduzir noutras não crescendo tanto com o intuito de equilibrar as despesas de forma mais justa.

Quanto às receitas existem valores que o surpreendem e ao mesmo tempo o preocupam. Estima-se um aumento de cerca de treze por cento na venda de água, nas receitas de saneamento um aumento de quarenta e seis por cento, que poderá estar ligado à questão das fossas referidas pelo Sr. Membro Braz Pinto, nos resíduos sólidos um aumento de quatro vírgula quatro por cento.

O que lhe causa maior estranheza são os impostos indirectos que em tempo de crise se estima que cresçam mais de duzentos por cento. Há ainda uma outra rubrica, outras taxas, multas e outras penalidades, que cresce quinhentos e quarenta por cento, para além do imposto municipal de veículos crescer dezasseis ponto sete por cento.

É preocupante que um terço das receitas sejam extraordinárias, mas o que o preocupa mais neste orçamento é que se no ano de 2010 se ficou cerca de dez por cento abaixo da estimativa da receitas como é que é possível arranjar doze milhões e duzentos mil euros em loteamento e obras, que é um acréscimo de duzentos e quarenta e quatro por cento. Temendo que este valor não se verifique, ou aproxime, o Orçamento será desequilibrado e de risco pelo que, caso isso aconteça, gostaria de saber como é que se vai colmatar essa falha e como é que se vai gerir o município.

A gestão do município é da CDU, e não querendo de forma alguma imiscuir-se nessa gestão gostaria de dar um pequeno exemplo de como se podem gerar receitas com um pouco de criatividade. Os resíduos sólidos urbanos, vulgarmente conhecidos por lixo e produzidos em casa de cada um, a partir do momento em que são depositados no contentor são propriedade do município. Esses resíduos são enviados para a AMARSUL que procede ao seu tratamento e que, ao que julga saber, cobra uma taxa em função da quantidade produzida. Em alguns países, principalmente os nórdicos, mas em Portugal também, existe uma prática de alguns resíduos deixarem de ser despesa para passarem a ser receita. Se, se implementar uma boa recolha selectiva poderá gerar receita para o município.

Em seu entender, e com a crise existente, as Câmaras têm que começar a ser criativas gerando receitas de forma a não dependerem tanto das receitas dos impostos directos e indirectos.

Sr. José Cardoso do PSD, tendo em conta que em 2010 a receita vai ser inferior ao estimado provavelmente em 2011 também irá acontecer o mesmo uma vez que as perspectivas não serão muito diferentes. A Câmara tem encargos fixos dos quais não pode abdicar pelo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

será nos investimentos que se sentirá a diferença uma vez que têm sido feitos à base de financiamentos que também já estão limitados.

Se for tomado em linha de conta a dimensão do concelho, e a forma como está estruturado económico e socialmente, é preciso não esquecer que dez por cento das maiores empresas do distrito estão em Palmela e que nessa percentagem estão incluídas a Autoeuropa e todas as empresas associadas, que têm um peso enorme. Tendo em conta a convulsão que existe no país é de louvar a intervenção da Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa que tem feito um excelente trabalho. Não querendo ser pessimista é sua opinião que se porventura, sabendo o que vai acontecer em termos económicos nas outras actividades, houver um colapso em termos da Autoeuropa a Câmara de Palmela, muito pior que as outras, vai entrar em grandes dificuldades.

Da mesma forma que o Sr. Membro João Completo fez algumas sugestões, acha que o papel dos membros da Assembleia Municipal não é só criticar mas também tentar ajudar a Câmara enquanto co-responsáveis no bom e no mau. Ninguém pode ficar ofendido por intervenções como a que a Sra. Membro Carla Oliveira fez ao levantar questões sobre a rede viária, uma vez que é exactamente na Assembleia Municipal o local próprio para o fazer. A segurança rodoviária, como outro tipo de seguranças, é imprescindível no concelho. Aproveita para enaltecer o apoio extraordinário que a Câmara de Palmela deu, e continua a dar, às três associações de Bombeiros do concelho, permitindo assim a existência de três corpos de bombeiros altamente profissionalizados e eficientes.

Em sua opinião a Câmara de Palmela, e os seus funcionários, têm que se mentalizar que a situação mudou. Deste modo o funcionário municipal que dá pouca importância ao desperdício tem que passar a dar muita importância. Deveriam tentar imprimir objectivos por departamento e realizá-los com a menor receita possível porque essa irá ser a realidade futura. Uma das situações que deveria ser revista tem a ver com a deslocação dos funcionários para os vários locais de trabalho e que devido à extensão do concelho acarreta grandes encargos.

Conhece muitos concelhos da região e tem a dizer que nenhum deles fornece aos Membros da Assembleia Municipal material de trabalho como o que foi distribuído para a ordem de trabalhos desta sessão, facto tem que ser enaltecido. Pena é que se tenha que gastar tanto dinheiro, mas o desperdício será maior se os Srs. Membros não lerem os documentos e não participarem.

Apesar de não residir em Palmela tem um grande carinho pelo concelho a quem dedicou muitos dos seus anos. Infelizmente para todos a crise não vai passar ao lado e há que ter em conta que a alteração da Lei das Finanças Locais, que atribui as verbas em função da densidade populacional e não da área, foi altamente injusta prejudicando muito o concelho de Palmela devido à sua dimensão. Apela ao executivo para que sejam rigorosos e sensibilizem os mil funcionários da Câmara, que são aqueles que na prática executam o Orçamento, para que façam mais e melhor agindo em conformidade com aqueles que não cumprem. Ser-se comunista, socialista ou social-democrata não quer dizer que se feche os olhos a quem não quer cumprir. Os trabalhadores não são todos iguais, as entidades patronais não são todas iguais e os autarcas também não são todos iguais, mas é injusto estar a prejudicar aqueles que trabalham e se dedicam à causa por outros que não o fazem.

A sua postura ao longo de dois mandatos que passou pela Assembleia Municipal, para além de representante do Partido Social Democrata, tem sido de um cidadão que quer ajudar e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

colaborar com o município. Magoa-o as ofensas feitas mutuamente por questões ideológicas uma vez que cada um tem o direito de ter as suas opções políticas. Apela a que, neste órgão, os interesses da comunidade sejam colocados acima dos interesses partidários e pessoais porque é assim que se faz um bom trabalho.

Termina a sua intervenção dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara dizendo que tem consciência que a sua missão não é fácil acrescentando todo o trabalho de preparação duma sessão de Assembleia como a que está a decorrer.

Sr. José Braz Pinto do PS apresentou a seguinte intervenção: *“É comum gostarmos de ter razão quando afirmamos qualquer coisa mas, também, não raras vezes, sentimos tristeza em ter razão.*

É isso que, neste momento, sentimos eu e todo o Partido Socialista de Palmela.

Vivo na região há quase 40 anos... vivo no concelho de Palmela há quase 20 anos... gosto de Palmela e tenho pena em ver os problemas que o município enfrenta e que se irão agudizar quando tudo isto era previsível e evitável.

O orçamento que hoje discutimos é o corolário duma “crónica duma morte anunciada”.

Tivemos razão quando no início do nosso mandato como vereadores, em 2005, e discutíamos o orçamento da Câmara chamávamos a atenção para a falta de rigor orçamental e transparência e planificação. Dizíamos mais tarde, em 2007, na imprensa e num artigo intitulado “A era dos três pez” que era necessário planificar, produzir e poupar.

Tivemos razão quando num artigo com o título, “Vacas gordas e vacas magras”, em finais de 2006 (já lá vão quatro anos) dizíamos “... Continuam os gastos correntes a absorver a possibilidade de investimento. A estrutura é muito pesada. É necessário racionalizar a despesa de forma a aumentar a produtividade com redução de custos...”.

Tivemos razão quando criticamos a gestão da Palmela Desporto que onera anualmente os exercícios da Câmara em mais de meio milhão de euros, vinte e cinco dos quais são para a administração e gestão de equipamentos. Apresentámos mesmo algumas alternativas que nem foram ponderadas e excluídas à partida.

Tivemos razão quando afirmámos que o grupo de teatro “O Bando”, sendo uma companhia de alto valor artístico e experimental, pesava demasiado num orçamento duma Câmara pequena como Palmela.

Tivemos razão quando questionámos o retorno de grandes iniciativas culturais como o FIAR e o FIG, com valor cultural elevado mas economicamente demasiado pesadas e com fraco retorno.

Tivemos razão quando criticámos os elevados gastos em horas extraordinárias que, em ano eleitoral, chegaram a um milhão de euros e que agora se pretende conter em meio milhão mas que, agoiramos, irá crescer e muito até final deste ano.

Tivemos razão quando criticamos os gastos e a legitimidade do transporte diário de pessoal que, algum, vinha de Lisboa e Amadora.

Tivemos razão quando criticámos a abundância de avenças onde se consomem mais de meio milhão de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Tivemos razão quando criticámos a falta de planeamento que leva Palmela a ter parques industriais, sem projectos, sem equipamentos ou equipamentos inacabados e sem intervenção fiscal ou jurídica por parte da Câmara.

Tivemos razão quando criticámos um planeamento económico que levou a continuar a agudizar a assimetria entre as freguesias urbanas e as parentes pobres da Marateca e Poceirão.

Mas a nossa razão não foi nunca ouvida e as nossas propostas ficaram pelo som abafado das quatro paredes das salas de reunião.

Hoje continuamos a ter razão quando criticámos a promoção de quatrocentos trabalhadores em época eleitoral. Fomos acusados de estar contra os trabalhadores. Dissemos que o perigo era criar expectativas não sustentadas. Agora aprovámos um empréstimo a curto prazo para suprir carências de tesouraria num período onde os custos dos vencimentos e subsídios de Natal pesam de forma mais que significativa.

Hoje continuamos a ter razão quando votamos contra a estrutura orgânica flexível da Câmara porque ela continua como uma estrutura muito pesada. Em artigo de 16/02/2007 subordinado ao título “Mudar para continuar na mesma” dizíamos criticando a então reestruturação orgânica “...continua uma estrutura muito pesada que conduz a produtividades reduzidas...”. Hoje continua basicamente tudo na mesma.

Fomos criticados mas tínhamos razão quanto à necessidade de um quinto vereador a tempo inteiro que só se verificou quando o PCP conseguiu eleger cinco vereadores. Se houvesse efectiva e real necessidade teriam concerteza escolhido vereador, ou vereadores, da oposição ou da “alternativa” como dizia Octávio Machado, para tempo inteiro ou meio tempo.

Tivemos, e temos, razão para criticar os suprimentos à ADREPAL para o Espaço Fortuna, no valor de meio milhão de euros. Agora a Câmara vai comprar o Espaço por um milhão de euros para o vender de seguida. E as construções ilegais que lá estão? E o restaurante entretanto lá aberto? Parece o negócio do BPN tão criticado quando o Governo tentou salvar o efeito dominó da possível falência daquele banco.

Tivemos, e temos, razão quando criticámos o aluguer de edifícios para funcionamento dos serviços onde se consome mais de meio milhão de euros, nunca se tendo concretizado o sempre prometido edifício para os serviços técnicos e administrativos.

Tivemos, e temos, razão quando criticámos as participações ou quotas para a Administração Local e que totalizam cento e sessenta e cinco mil euros. Se, se, compreende a eficácia das quotizações para a Associação Nacional de Municípios e para a Área Metropolitana de Lisboa, aliás as menos onerosas, já se duvida e muito da utilidade não partidária das quotas para a Associação de Municípios de Setúbal (será para acabar de liquidar a aquisição da Quinta de S. Paulo, em Setúbal) e para a Assembleia Distrital de Setúbal cuja existência não se justifica.

Refira-se que a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (organismo de âmbito distrital) recebe quase vinte vezes mais que a Associação de Municípios Portugueses de âmbito e representação nacional, que a mesma Associação distrital receba quase quatro vezes mais que a Área Metropolitana de âmbito regional.

A título de infeliz coincidência refira-se que a mesma Associação de Municípios do Distrito de Setúbal recebe cento e dez mil euros mais do que os cortes feitos às duas freguesias mais pobres do concelho (Marateca e Poceirão) que somadas se viram privadas de cento e um mil euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

O futuro é negro!

A Câmara, no exercício de 2010 só conseguiu executar quarenta e dois por cento do seu Plano Plurianual de Investimentos. Porquê? Porque dos cinquenta e oito milhões de receita previstos em orçamento só realizou quarenta e três milhões.

Neste orçamento prevêem-se receitas de onze milhões de euros gerados no loteamento industrial da Penalva, nas edificações da Plataforma Logística e em dois loteamentos urbanos no Poceirão.

Não sendo profeta da desgraça direi que tais receitas numa época de crise não se vão realizar. São só cosmética do orçamento e o deficit de cerca de seis milhões e meio de euros que transita para 2011 vai ser aumentado. Em 2012 estaremos a discutir um deficit transitado de mais de uma dezena de milhões de euros.

Tínhamos razão quando criticámos os empréstimos que vão acabar pois está a chegar-se ao limite de endividamento. Os empréstimos já geram encargos de dois vírgula quatro milhões de euros anuais.

Resta-nos mudar de critérios. É necessário apostar seriamente no Turismo, é necessário potenciar os nossos recursos endógenos, promovendo mais e melhor as nossas produções (vinhos, queijos e outras produções agro-industriais). Esse será o futuro possível que deveria ter sido preparado no passado quando cheios de razão fomos criticados... quando as nossas ideias mereceram só sorrisos complacentes e recusas enérgicas.

Afirma a Sra. Presidente que este é um orçamento constrangedor. Dizemos nós constrangedor porque se tem de reconhecer a falência das estratégias seguidas. O reconhecimento da falta dum rigor que pedimos sucessivamente. A impossibilidade de tapar as sucessivas transições para orçamentos futuros dos deficits anuais.

Afirmava o nosso vereador José Carlos: "...este é o orçamento do desassossego porque inquieta a Câmara Municipal, a sua Presidente e os quatro vereadores responsáveis pelos pelouros..."

Terminamos reafirmando o que dissemos em quatro de Dezembro de 2007 no extinto Jornal 1ª. Página: "...quem não aproveita o tempo das vacas gordas chora no tempo das vacas magras...". Sem consequências políticas graças à maioria do executivo e desta Câmara, mas coerentemente com o que sempre afirmámos, infelizmente cheios de razão votaremos contra, vendo continuar lentamente o caminho para o abismo e o comprometimento da acção dos futuro executivos alternativos que os eleitores de Palmela concerteza acabarão por eleger."

Sr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP, diz que a bancada do CDS/PP ficou deveras admirada por na discussão da presente proposta ser referido que a verba orçamentada para 2010 era de cinquenta e oito milhões. Ou a leitura que fazem dos números é completamente diferente daquela que vem escrita ou alguém está enganado ao referir esses valores.

Ao que lhes é dado saber a verba orçamentada para 2010 foi de cinquenta e três milhões de euros e a proposta para 2011 é de cinquenta e oito milhões, um crescimento de cinco milhões de euros.

Atendendo ao preâmbulo de apresentação do Orçamento, onde é referido o contexto de crise e os cortes orçamentais a que o município está sujeito, é de estranhar que vá crescer cerca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

de cinco milhões de euros de 2010 para 2011. Pergunta onde é que está a crise, porque não a conseguem aperceber pelos valores apresentados.

Também é referido no preâmbulo que importa tomar medidas de racionalização da despesa, mas só a despesa de aquisição de bens e serviços o Orçamento cresce mais de cinco milhões de euros relativamente a 2010.

Não vêm neste documento crise nem dificuldades económicas, o que vêm é que o Orçamento apresentado tem um valor global de cinquenta e oito milhões, trezentos e trinta e cinco mil e duzentos euros com um crescimento de cerca de dez por cento relativamente a 2010.

Não discutem tecnicamente o documento que poderá estar muito bem elaborado, discutem sim o aspecto político da apresentação do Orçamento que é essa a função da Assembleia Municipal.

O presente documento não é o Orçamento do CDS/PP, a escolha política é da CDU que detém o executivo mas a gestão autárquica tem que ser verdadeira e não é só dizer que se é a favor dos trabalhadores quando se aumenta em dez por cento a despesa em serviços externos diminuindo os encargos com salários.

Que dizer duma delegação de competências nas cinco juntas de freguesia com um valor de cerca de dois por cento do orçamentado. Questiona se é este o valor que a Câmara da CDU acha que vale o trabalho das juntas de freguesia, e se é esta a política de proximidade que só vale dois por cento do Orçamento?

Discutir um Orçamento fragmentado em que a soberania de discussão da fonte de receitas (IMI, Derrama, IMT e IRS) em separado das aplicações de despesa não será muito útil. Lembra que as taxas a aplicar nos impostos referidos já foram decididas em reunião anterior, o que faz com que não haja uma visão de conjunto porque a visão global do Orçamento perde-se.

Gostaria de colocar algumas questões relativamente aos mapas da estrutura da receita e da despesa, uma vez que há dados que não são perceptíveis. Pergunta porque é que os impostos indirectos de 2010 para 2011 têm uma previsão de crescimento de mais oito milhões de euros. Como é que existem passivos financeiros na receita e na despesa? O que são esses passivos? Na rubrica outras funções estão orçamentados cerca de dez milhões que não são específicos.

Há situações que vão passando de Orçamento em Orçamento como é o caso do início das intervenções no centro histórico promessa do último Orçamento. Mais um ano passou, e mais um ano de ruína e abandono sem que a recuperação seja visível e real.

Diz ter vergonha de viver num concelho onde os esgotos ainda correm a céu aberto como duma zona subdesenvolvida se tratasse. Quando é levantada a bandeira de mobilidade pelo executivo existem ainda no concelho ruas e avenidas que não têm sequer um passeio para as pessoas, que não têm automóvel, se deslocarem de casa para apanhar os transportes públicos correndo o risco de serem atropeladas por falta de estruturas de segurança.

Muito mais poderiam dizer, mas é assim que a CDU sabe gerir e é assim que o faz há mais de trinta e cinco anos. Estão convencidos que a situação só irá mudar quando a actual maioria seja substituída por outras forças políticas. Termina dizendo que o CDS/PP só poderá votar contra o presente Orçamento que só cresce com recurso a empréstimos.

Sra. Ana Sartóris do BE, diz que antes de manifestar a intenção de voto do BE gostaria de colocar algumas questões muito concretas à Sra. Presidente e vereação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Relativamente à receita tem dúvidas em relação à venda de bens de investimento, de terrenos, de sociedades e quase sociedades não financeiras. Pergunta onde são esses terrenos uma vez que a verba prevista é significativa, cerca de um milhão de euros. Pergunta também a que se refere os outros na administração do estado, que também tem uma verba de um milhão de euros. No que respeita às receitas de capital, outras, com cerca de dois milhões de euros também gostaria de saber que tipo de receita é.

No que diz respeito à despesa e começando pelas previsões para 2011, no que concerne às remunerações verifica que cerca de oitocentos e cinquenta mil euros estão destinados a contratação precária ou seja contratados a termo e pessoal em regime de tarefa e avença. A questão que pretendem esclarecer é que ao inverso do que aconteceu de 2009 para 2010, em que houve uma inflexão da verba para esta rubrica, para 2011 há um aumento na ordem dos treze por cento. Existe ainda uma outra designação, pessoal em qualquer outra situação, que gostaria de ver esclarecido qual o vínculo laboral. Outra questão tem a ver com as ajudas de custo, pese embora a verba não seja um valor exorbitante no ponto de vista dum grande Orçamento, mas existe um aumento na despesa no ordem dos oito e meio por cento e também dezanove por cento nos suplementos e prémios. Gostaria de tentar perceber porque é que havendo um aumento do número de trabalhadores no quadro há uma diminuição das contribuições para a segurança social em cerca de vinte mil euros.

Recorda que há exactamente um ano atrás a Assembleia Municipal aprovou uma Moção que visava pôr fim aos vínculos precários no Município de Palmela. Enquadrava esta Moção no seu quadro deliberativo que a Câmara faria um levantamento dos trabalhadores em regime precário, nas juntas de freguesia, nas empresas municipais e também na Câmara Municipal. Visava, ainda, no âmbito desse levantamento proceder à integração dos designados falsos precários. Passado um ano verifica que a Assembleia Municipal não foi informada de quais os procedimentos que foram adoptados, se é que foram, e que pese embora a deliberação não tenha sido cumprida existe um aumento da verba destinada aos designados recibos verdes.

Verifica um aumento de quarenta e oito por cento na verba destinada a refeições confeccionadas pelo que gostaria de perceber a que se deve. Verifica, ainda, um aumento de trezentos e vinte por cento destinado ao vestuário e artigos pessoais, que gostaria de ver esclarecida uma vez que de 2008 para 2009 houve uma diminuição e em 2010 tornou a diminuir.

Refere o aumento de cem por cento, já falado pela bancada do PS, ao nível das comunicações, o aumento de oitenta e três por cento relativamente aos transportes e ainda o aumento de cinquenta e sete por cento na despesa destinada à vigilância e segurança. Pergunta se tem a ver com a contratação de empresas privadas de segurança, qual o seu vínculo e porque é que não são contratadas directamente pelo município.

Gostaria, também, de ser esclarecida em relação aos outros trabalhos especializados e outros serviços, que são duas rubricas de valores extremamente significativos, cerca de sete milhões e trezentos euros, sendo que a rubrica de outros trabalhos especializados, na aquisição de serviços, teve um aumento de cinquenta e oito por cento em relação ao ano anterior.

Por último diz que ficou curiosa com a verba de outras despesas correntes – diversas que teve um aumento de cento e noventa por cento, pelo que gostaria de ser esclarecida.

Em relação ao quadro dos investimentos gostaria de saber a que se deveu um aumento de cerca de trezentos por cento no que diz respeito aos parques e jardins e ainda na rubrica não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

especificada – outros, o valor de três milhões e meio de euros. Quanto ao software informático é de opinião que se trata duma verba que poderia ser poupada se o município adoptasse sistemas de software livre, tal como já foi adoptado pela Assembleia da República.

Relativamente ao Orçamento verifica que nas transferências de capital, em pleno contexto de crise económica e social cujos efeitos sobre as famílias se vão ressentir de forma mais desastrosa a partir do mês de Fevereiro, se regista uma diminuição dos apoios na ordem dos oitenta e cinco por cento em relação a 2010. Se em 2009 estava prevista uma verba de oitenta e oito mil e quinhentos euros de apoio a famílias para 2011 estão apenas previstos doze mil e quinhentos euros, deste modo gostaria de saber quantas famílias serão prejudicadas por esta redução de verba.

Em relação às Grandes Opções do Plano, verifica uma redução na verba destinada aos planos de emergência e segurança na ordem dos sessenta por cento pelo que gostaria de obter uma explicação.

Por outro lado verificam uma redução de nove e meio por cento no âmbito das funções sociais, situação que é preocupante. No que diz respeito à acção sócio-educativa e pedagógica haverá uma redução de quarenta e três por cento da verba.

Dentro da rubrica segurança e acção social existe uma redução de cerca de vinte e cinco por cento para 2011, sendo que nos últimos dois anos a redução ronda os noventa por cento, o que é manifestamente significativo.

Dentro das despesas destinadas à acção social verifica que a maior redução dá-se no Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa, pelo que gostaria de tentar perceber porque é que apenas está prevista essa verba que representa uma diminuição de noventa e dois por cento relativamente a 2010.

Existe também uma redução nos projectos de prevenção de comportamentos de risco em cerca de oitenta e dois por cento, o que é preocupante, e ainda uma rubrica que deixou de ter consignada qualquer verba que é o apoio a crianças e jovens.

Sobre habitação e serviços colectivos, diz que posição do Bloco de Esquerda relativamente à reabilitação urbana é muito clara uma vez que defendem um grande projecto de reabilitação urbana virada para a reabilitação dos centros históricos ou das zonas degradadas, nalgumas freguesias do concelho, com programas especiais de arrendamento jovem ou de loteamentos a custos controlados. Ao olhar para o Orçamento verifica-se que existem quatro milhões destinados à recuperação e revitalização do Centro Histórico de Palmela que poderia pensar tratar-se duma grande aposta na requalificação e reabilitação urbana. No entanto verifica-se que mais de noventa por cento da verba é destinada ao arranjo paisagístico, aos arruamentos, etc. Não pondo em causa que não sejam medidas importantes do ponto de vista da requalificação do espaço público, mas estando a verba consignada numa rubrica chamada habitação poderiam ser levados a entender que seriam verbas destinadas à reabilitação de habitação, o que não acontece.

Termina a sua intervenção dizendo que verifica uma redução muito significativa da verba destinada ao apoio à cultura e desenvolvimento de actividades culturais em cerca de sessenta e cinco por cento, destacando-se a maior redução no âmbito dos equipamentos culturais e apoio aos programas e projectos culturais, associativismo e animação cultural mas também da juventude interactiva. Esta redução no plano da cultura causa estranheza quando Palmela tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

sido um município referência no âmbito do desenvolvimento das actividades culturais e com uma actividade cultural muito rica.

Sr. Fernando Nascimento do CSD/PP termina a sua participação nos trabalhos cerca das zero horas e cinquenta e sete minutos.

Sr. Valentim Pinto da CDU, em relação à referência feita à Autoeuropa diz que esta empresa é um exemplo como outras cinco mil empresas estrangeiras que existem no país e que, de acordo com estudos feitos, têm índices de produtividade em média duas vezes e meia mais que as empresas portuguesas. Isso tem a ver com uma questão mais complexa que é o desaproveitamento que foi feito dos fundos comunitários, nomeadamente no Governo de Cavaco Silva, relativamente à qualificação dos recursos e também dos micro e pequenos empresários.

Relativamente à intervenção do Sr. Membro Braz Pinto diz ser recorrente a questão da Palmela Desporto, tendo já há algum tempo atrás sido explicado que se trata da única empresa municipal que a Câmara tem e que não é a ela que acresce despesa mesmo integrada na divisão de desporto, como acontece na maioria dos municípios da CDU na região. A área do desporto, como a da cultura, é inevitavelmente uma área de prestação de serviços e não de arrecadação de receitas para nenhuma Câmara. Não é por existir como empresa municipal que aumenta o despesismo, até porque os dirigentes dessa administração estão equiparados a dirigentes da administração pública o que não acontece na grande maioria das empresas municipais em Sintra, Oeiras, Amadora, etc., onde são equiparados a vereadores.

Em relação às verbas que são transferidas para a Associação de Municípios da Região de Setúbal, e tendo em conta que põs em causa a importância e necessidade da associação, lembra projectos que têm sido desenvolvidos no âmbito da associação tais como Setúbal – Península Digital, candidatura da Arrábida a Património Mundial da UNESCO, Prémios de Qualidade e Inovação nos municípios da região e ainda o PEDEPES enquanto projecto de desenvolvimento regional que tem dado contributos decisivos enquanto plano estratégico de desenvolvimento da região. Em contrapartida não vê uma palavra de crítica à existência dos Governos Cívicos, essas sim estruturas obsoletas que os Governos do PS e PSD, por uma questão de clientelismo político, nunca tiveram coragem de extinguir.

Também lhe custou ouvir que projectos como o FIAR e FIG não têm retorno, e fez-lhe lembrar o presidente da Câmara do Porto que diz que a cultura tem que ser rentável tendo encerrado muitos dos espaços culturais do Porto. De facto a cultura não tem de ser, e é dificilmente, rentável deste ponto de vista mas estes projectos têm retorno enquanto afirmação duma comunidade e enquanto iniciativas emblemáticas de referência da região que deveriam orgulhar qualquer residente no município. São iniciativas que existem paralelas a outras, de cariz mais popular, porque a oferta cultural tem que ser diversificada com iniciativas de referência e também para o baile, para o teatro popular e experimental. Desqualificar ou referir estas iniciativas como iniciativas em que se acentua a componente economicista não seria de esperar do Sr. Membro Braz Pinto uma atitude tão afunilada do ponto de vista político. Teve pena de não ter ouvido uma palavra relativamente à crise em geral, à crise das autarquias, à crise das famílias e às responsabilidades objectivas dessa situação. Vive-se um clima de muitas dificuldades nas autarquias uma vez que existem cerca de setenta e uma autarquias que estão em falência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

técnica, de acordo com dados divulgados na comunicação social. Pergunta se será às vereações que se imputarão as responsabilidades desta situação. A grande maioria destas câmaras são PS e PSD, não há nenhuma CDU, e se fossem empresas estavam fechadas. De qualquer modo não quer ser sectário ao dizer que a incompetência das administrações se deve ao facto de serem destes partidos, uma vez que serão pessoas competentes do ponto de vista técnico mas do ponto de vista objectivo, e em termos de financiamento, estão numa situação caótica. Palmela felizmente ainda não chegou a esse ponto e não irá chegar seguramente.

Para terminar diz que o que era importante era repensar toda a lei de financiamento dos municípios. No contexto actual existe um excesso de oferta imobiliária e inevitavelmente o crescimento urbanístico irá decrescer, por outro lado a reabilitação urbana, na nova proposta do Governo, irá aumentar a oferta o que é muito bom. Sendo a taxaçaõ dos loteamentos uma das principais fontes de receita dos municípios, e tendo em conta a situação actual, é evidente que ela irá inevitavelmente cair pelo que será necessário repensar as fontes de financiamento, sendo a regionalização uma delas.

Sra. Teresa Marta Joaquim do PSD, refere que há duas frases nas intervenções que foram feitas que a marcaram e que não gostaria de deixar de referir. Uma quando foi dito que “... o futuro é negro ...” e a outra “... isto é o caminho para o abismo ...”. Diz que passa o dia a motivar pessoa e quando chega a este órgão onde estão pessoas, que deveriam motivar os outros, e as ouve fazer afirmações desta natureza fica muito admirada por ser uma perspectiva demasiadamente crítica e negra que se recusa a ver. Podem dizer que é ingénua e naïf mas acredita que ainda pode mudar o mundo.

Em relação à questão concreta que está em discussão tem a dizer que têm estado a analisar imensas medidas, imensos números e valores e talvez fizesse falta pensar que todos esses números, valores e medidas operacionais que envolvem um plano não fazem qualquer sentido sem ser enquadrados naquilo que é um plano estratégico. Quando fala no plano estratégico tem a ver com o facto de também se dever questionar a forma como se vê Palmela e como é que ser quer o concelho daqui a meio século. Nessa altura alguns dos presentes ainda poderão ser vivos, só que actualmente está tudo muito limitado pelo curto prazo, e pelo momento, e “perde-se” uma hora a discutir pequenas medidas quando se está a esquecer o que está lá à frente e o que os pode movimentar.

Gostaria de apresentar algumas questões:

- Quais os factores críticos de sucesso de Palmela, ou seja em que é que se deve efectivamente apostar para ter um concelho competitivo;
- Como é que Palmela, entidade, quer marcar os munícipes e as crianças que entraram agora na escola;
- Quais as estratégias de diferenciação para o concelho, ou seja em que é que já somos muito bons e em que é que se pode apostar para ser ainda melhor e diferente;
- Quais as oportunidades e ameaças que se colocam ao concelho, ou seja em que é que se deve melhorar e com o que é que se deve preocupar;
- O que é que se deve fazer para ter uma Palmela mais competitiva, mais atraente, mais talentosa, com mais inovação, mais talentosa, com mais capital e com mais empreendedorismo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Termina dizendo que é nestas questões que se deve pensar e não que o futuro é negro, porque dessa forma o futuro será inevitavelmente negro.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, diz que vai tentar responder às questões que possam servir de exemplo a uma análise mais global e às mais objectivas.

Começando pelas questões comuns às intervenções dos Srs. Membros das bancadas do PS e do BE, gostaria de chamar a atenção para o facto de estarem a confundir na análise do Orçamento os valores que dizem respeito à actividade prevista para o ano de 2011 e os valores que são somados ao exercício do ano de 2011 por conta dos encargos transitados. Trata-se dum erro de análise que não permite fazer uma leitura rigorosa do comportamento do Orçamento.

Em concreto citaram o exemplo das despesas com vestuário e foi perguntado porque é que crescia trezentos por cento. Em bom rigor essas despesas têm a ver com fardamentos de trabalho e protecção individual. No Orçamento de 2010 a rubrica tinha quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta euros e no de 2012 tem quarenta mil, duzentos e cinquenta euros, o que representa menos nove por cento. Se a essa verba for somada a parte respeitante aos encargos transitados a verba cresce e passa a ter cento e setenta mil euros, o que não corresponde ao valor da acção para 2011.

O mesmo se passa com a leitura feita pelo Sr. Membro Piteira Santos do CDS/PP relativamente ao valor do Orçamento de 2011 e 2010, quando referia que Orçamento crescia e questionava onde é que estava a crise. Gostaria de sublinhar que os cinquenta e três milhões de euros do ano referidos são o valor do orçamento inicial e não tinha em linha de conta o valor do empréstimo que foi somado e que o transformou num orçamento de cinquenta e oito vírgula três milhões. Na apresentação da proposta de Orçamento de 2011 procurou destacar o aspecto das receitas extraordinárias que fazem com que o orçamento possa ter o volume que tem. As receitas extraordinárias são identificadas em dezassete vírgula nove milhões de euros e se ao valor total foram retirados os dois vírgula nove milhões de euros o orçamento é mais pequeno que 2010. Assumem que têm as participações do QREN que nada têm a ver com o orçamento nem com a receita, um milhão de euros relativo à obra do Quartel do Destacamento Territorial da GNR que se prevê fazer, dois milhões de euros provenientes da mobilização das garantias bancárias por posse administrativas de alvarás de loteamento e ainda taxas de urbanismo no valor de dez milhões de euros que são consideradas extraordinárias. Todos estes factores contribuem para que o Orçamento de 2011 possa ter a dimensão que tem, ficando muito aquém do de 2010 se forem retirados os valores anteriormente referidos.

Respondendo à questão colocada pela bancada do PS sobre o que são as receitas extraordinárias de doze milhões de euros de loteamentos diz que na reunião de trabalho com os grupos da Assembleia foi explicado o que se estava a prever. Existe um conjunto de loteamentos que estão aprovados, que têm alvarás emitidos que ainda não foram levantados e pagos pelos promotores. A grande diferença em relação ao ano anterior tem a ver com o facto de se tratarem de processos que estão concluídos e que são um loteamento em Quinta do Anjo ao lado da Autoeuropa, a Plataforma Logística, dois loteamentos em Poceirão, um na AUGI do Pinheiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Ramudo cujo valor é superior aos doze milhões de euros estimados. A Plataforma e mais dois loteamentos dos maiores trariam uma receita de dezoito milhões de euros, pelo que a previsão foi feita por uma questão de prudência, uma vez que algum deles poderá não ser concretizado ou no pior dos cenários nenhum deles. Por esse facto a receita é construída na base duma previsão, de acordo com as regras legais, e com a observação da realidade.

Ainda ao nível da receita foi citado o exemplo do Imposto Único de Circulação e foi dito que esta receita estava a crescer. Trata-se duma receita com muito pouca expressão no conjunto das receitas e deve ser a única que sobe, sendo que em 2011 se prevê receber o mesmo valor que foi recebido em 2010. De qualquer modo prevê-se receber ainda algum valor até final do ano e aí a verba passará um pouco o milhão de euros, só que as regras do Pocal não permitem colocar o valor que se pensa irá ser recebido até final de 2010.

Em relação ao aumento do custo da venda da água, diz que se trata duma alteração que não tem que ver com o custo da água mas sim com a decisão de aplicação das quotas de disponibilidade. A quota de um euro aplicada à água, de um euro ao saneamento e cinquenta cêntimos aos resíduos sólidos, no conjunto de vinte e sete mil utilizadores dá um aumento nesta rubrica. Gostaria de referir que na regra de introdução da quota de disponibilidade a opção do valor é feita pela Câmara Municipal a valores abaixo das recomendações da entidade reguladora e dos praticados em muitos municípios, não só na região como do país.

O aumento das despesas nas deslocações tem a ver com projectos que estão em curso e decorrem de parcerias com outros países da União Europeia e três grandes projectos de cariz internacional que têm associadas receitas, sendo que as despesas de deslocação são nuns casos reembolsadas na totalidade e noutros casos em cinquenta por cento.

Os outros trabalhos é uma classificação orgânica do Pocal e onde caem despesas com sistemas multimunicipais, Amarsul e Simarsul, e o pagamento da iluminação pública.

Em relação às avenças informa que existem dezanove avenças e que a partir do próximo mês serão dezoito. Dessas dezoito avenças, duas são novas e decorrem de contratações específicas para o Centro Histórico para concretização da candidatura ao QREN e que implica a construção de um gabinete de intervenção local, que é participado pela candidatura, e para o Gabinete Técnico Florestal. Ainda em relação às avenças informa que não existe trabalho precário na Câmara Municipal de Palmela, a avença é uma figura perfeitamente legal e que define uma relação contratual e é aplicada com todo o rigor. Neste regime encontram-se pessoas que podem ser médicos, informáticos ou juristas e que se encontram na Câmara num regime de prestação de serviços em funções específicas.

Em relação aos contratados a termo informa que existem dezoito pessoas nestas condições, sendo que uma parte significativa irá ser integrada no mapa de pessoal tal como já aconteceu com outras situações de contratos a termo.

De imediato solicita ajuda ao Director de Departamento de Administração e Finanças, Dr. José Monteiro, para prestar esclarecimentos sobre outras questões tendo este informado que relativamente à receita – outras transferências do Estado – são resultantes dos protocolos existentes para as auxiliares de acção educativa e refeições escolares. Quanto à questão dos terrenos o valor de um milhão de euros tem a ver com uma hasta pública de alienação de alguns terrenos municipais que será objecto de deliberação numa próxima sessão da Assembleia Municipal. No que respeita às outras receitas de capital, no montante de dois milhões de euros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

tem a ver com a utilização de garantia bancária do loteamento de Val' Flores. Em relação à despesa – suplementos e prémios, informa que se trata das senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal e que a diferença entre as verbas se deve ao facto de se terem pago senhas de presença do último semestre de 2009 já em 2010. Como em 2010 se passou a pagar mensalmente e já não transitou verba para ser paga em 2011 o montante diminui. Em relação ao pessoal em qualquer outra situação, informa que se tratam de funcionários que estão a desempenhar funções no município mas pertencem ao mapa de pessoal de outras entidades, ou seja pessoal em regime de comissão de serviço.

Retomando a palavra a **Sra. Presidente da Câmara** refere que todo o Plano e Orçamento apresentam no seu conjunto a redução de verbas em todas as áreas. Procurando não desvirtuar todas as opções e apostas de ordem estratégica tornou-se inevitável que todas as áreas do Plano fossem penalizadas com o factor do Orçamento ser mais constrangido. Um Orçamento constrangido torna-se constrangedor e isso é assumido, e a redução nos investimentos nas áreas do desporto, cultura ou intervenção social não são feitas por prazer, por gosto ou por opção. Nestas áreas, e apesar dos cortes nalgumas acções, conseguiu-se manter muitas outras com recurso às parcerias que existem. Alguns dos exemplos referidos pela Sra. Membro Ana Sartóris na área social são projectos que embora fossem reduzidos do ponto de vista financeiro conseguem-se manter graças às parcerias, nomeadamente na área da pessoa idosa, da juventude, das crianças.

A nível da estrutura está a procurar-se desenvolver um trabalho de apoio às instituições e aos parceiros, com intervenção dos técnicos municipais, de novos métodos de trabalho, de refazer planos com base na intervenção técnica, em propostas, na reorganização dos serviços, na elaboração de parcerias com o exterior para tentar não deixar cair muitas das intervenções feitas, criar novas áreas de intervenção e ao mesmo tempo gastar menos dinheiro. O desempenho dos técnicos por um lado e a relação de rede com os parceiros é fundamental para conseguir manter esse objectivo de pé.

Subscreve inteiramente uma reacção havida sobre uma certa indignação que causa a apreciação feita a propósito da cultura. Não pode ser mais injusta a análise de que actividades culturais sem retorno económico devem cair e é qualquer coisa terrível para o concelho, para o movimento associativo, para a sua riqueza, diversidade cultural e associativa. Diz que é muito constrangedor ter que se cortar o apoio, ou reduzir significativamente o investimento, a projectos que foram desenvolvidos ao longo de anos e que provaram a sua importância junto dos mais diversos públicos e que ao mesmo tempo foram criando práticas educativas e culturais totalmente diferentes dando origem à formação de novas companhias. Diz que, por opção, continuariam a pagar para ter estas iniciativas porque é um investimento nas pessoas. Gastar dinheiro em certas práticas culturais significa investir no desenvolvimento cultural, no desenvolvimento do concelho e nas pessoas, pena é que existam tantas dificuldades financeiras e que tenham que fazer opções. As opções acontecem não por força do valor atribuído aos projectos, mas por força do maior ou menor volume de compromissos que exista em relação ao projecto e o presente Orçamento é exemplo disso. Já na área do desporto a situação é idêntica e os cortes acontecem onde podem acontecer, respeitando os compromissos existentes com terceiros nomeadamente a sua participação em acontecimentos desportivos que não deixam de apoiar. Os protocolos com os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

clubes têm a duração de dois anos, pelo que a meio do prazo não se podem mudar as regras inicialmente contratadas.

Em sua opinião há uma coisa que os Srs. Membros da Assembleia não têm em conta e que lhe parece importante. A Câmara é desafiada a fazer investimentos, a concretizar objectivos através da construção de equipamentos, como é o caso das escolas, só que há o revês da medalha uma vez que no ano seguinte tem que constar em Orçamento os encargos associados ao funcionamento desses equipamentos e isso é incontornável. Deste modo não é possível não aumentar a despesa se os investimentos foram aumentados.

É muito importante dizer que em momentos como os que se vivem actualmente sobressaem as despesas que um território com a dimensão e características como o de Palmela tem. É incontornável que as despesas fixas ganhem algum peso no Orçamento, mas ainda assim é notório o esforço que é feito para manter o investimento utilizando os instrumentos que se encontram à disposição como é o caso concreto dos empréstimos bancários.

A terminar refere que se a situação não fosse tão caótica não ouviriam a generalidade das câmaras municipais, de todas as forças políticas, a reclamarem coisas como congressos extraordinários da ANMP, para se posicionarem relativamente às normas que o novo Orçamento de Estado para 2011 veio impor às autarquias, posições contra a redução dos milhões de euros que irão afectar todas as autarquias do país e um desânimo generalizado que não querem transmitir à população mas que actualmente é uma palavra de ordem entre autarcas. Não foi este o poder local que foi construído em conjunto, nem foi para isso que se candidataram. As regras foram sendo alteradas por opções políticas que foram claramente tomadas pelo Partido Socialista, partilhadas em muitos casos pelo Partido Social Democrata, e que o país está a pagar gerando a insatisfação dos autarcas mas sobretudo penalizando as populações.

Não havendo mais intervenções o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 7 votos contra (6 do PS e 1 do CDS/PP) e 3 abstenções (2 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Anabela Rito da CDU, apresenta declaração de voto dizendo que na actual conjuntura de crise económica elaborar um Orçamento municipal constitui um exercício ponderado que deverá responder as necessidades do presente e acautelar o futuro em todas as suas dimensões. O Orçamento da Câmara Municipal de Palmela não está imune a essa conjuntura e sofre também, nas palavras da ANMP, da desastrosa Lei do Orçamento de Estado para 2011.

Assim reconhecem que é apenas o Orçamento possível, possível porque está profundamente condicionado pelas medidas impostas às autarquias pela administração central, quer pela Lei das Finanças Locais que acentuou a quebra de receitas para as autarquias quer pela transferência de competências sem os correspondentes meios financeiros.

Contudo é um Orçamento que incorpora duas mensagens muito importantes, uma de responsabilidade, vigor e grande determinação por ser um Orçamento que consagra medidas certamente muito duras e difíceis de contenção da despesa, do investimento municipal e apoio aos parceiros locais, e outra de convicção e de confiança no futuro do concelho que conta com o apoio e intervenção dos agentes económicos e sociais cuja intervenção tem sido decisiva para construir em parceria o desenvolvimento sustentável e para tornar o concelho de Palmela na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

grande referência que hoje é no contexto nacional. É no conhecimento e no reforço dessa mensagem de responsabilidade, vigor e confiança no futuro que demonstram o total apoio e solidariedade em nome dum território mais integrado, mais estratégico, mais sustentado e cada vez mais conhecido.

Ana Sartóris do BE, apresenta declaração de voto dizendo que a abstenção tem o sentido de não inviabilizar o Orçamento acima de tudo por este não consagrar aquele que seria o Orçamento do Bloco de Esquerda. As prioridades que o BE elencaria num Orçamento da Câmara Municipal de Palmela não se encontram versadas no presente documento.

Relativamente à receita gostaria de relembrar que a Assembleia Municipal rejeitou uma proposta do BE para arrecadação duma receita extraordinária e ainda as duas grandes prioridades do BE, um projecto de reabilitação urbana gerador de emprego virado para a reabilitação dos centros históricos e também o não conseguirem aceitar em circunstância alguma que num contexto de grande crise social haja redução das funções sociais quando isso não acontece noutras rubricas como sejam as funções económicas.

3 – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

Sr. Pedro Taleço do PS, diz tratar-se de um mero acto de gestão em que o PS não participa e daí o sentido de voto ser a abstenção.

Na opinião da bancada do PS traduz-se nas actuais políticas, e na política até agora desenvolvida, a incapacidade de assegurar o devido saldo de tesouraria para fazer face às necessidades das despesas correntes, facto que é consubstanciado pelos inexplicáveis seis pontos quatro milhões de euros de encargos transitados para o ano de 2011.

Deste modo é impossível ao PS opor-se ao proposto uma vez que o valor em causa torna a gestão corrente, e o compromisso com os fornecedores, impossível de ser gerido sem recurso a um crédito bancário, que não é um donativo e implica o pagamento de juros.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sra. Presidente da Câmara, diz que o presente empréstimo bancário à semelhança do aprovado no ano transacto é de curto prazo, no valor de dois milhões de euros, e é destinado a fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria nomeadamente no início de 2011 quando as principais receitas ainda não terão acontecido. Trata-se dum acto de prevenção da gestão. Termina dizendo que o anterior empréstimo foi utilizado em cinquenta por cento tendo já sido pago.

Não havendo mais intervenções o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (13 da CDU, 2 do PSD e 1 do BE) e 7 votos contra (6 do PS e 1 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

José Cardoso do PSD, apresenta declaração de voto dizendo que votaram a favor porque entendem que é assim que as coisas devem funcionar, quando se verificam dificuldades de tesouraria contrai-se o empréstimo e paga-se a tempo e horas aos fornecedores.

4 – Mapa de Pessoal para o Ano de 2011

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, refere que a proposta decorre da aplicação da nova legislação que determina que o Mapa de Pessoal seja aprovado e definido pelo período de um ano, sendo obrigatório a sua apresentação junto com o Orçamento e Plano de Actividades.

Tal como é referido na proposta constam no Mapa mil e cinco postos de trabalho que se encontram ocupados sendo essa a previsão para 2011, registando-se uma redução de vinte e dois postos de trabalho comparativamente com o ano de 2010.

São também apresentados os postos de trabalho vagos num total de vinte seis, que são menos vinte em relação a 2010, e têm a ver com procedimentos concursais que se encontram em tramitação e que poderão vir a ser ocupados.

Prevê-se a criação de dez novos postos de trabalho efectivos, tendo em conta que dos dezoito previstos no Mapa serão extintos oito pela mobilidade para a situação de ocupados.

É também referido na proposta que durante o ano se procedeu à mobilidade entre serviços de vinte trabalhadores.

Por fim refere a informação contida relativa à figura dos postos de trabalho cativos que são postos de trabalho de trabalhadores que ou são da Câmara Municipal e estão ao serviço de outras entidades, e poderão voltar a qualquer momento, ou então estão a exercer funções de dirigentes na autarquia e a qualquer tempo poderão deixar de estar. Termina dizendo que a proposta tem em consideração aquilo que se prevê com a nova estrutura orgânica flexível e com a estrutura orgânica nuclear, já aprovada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

Sra. Ana Sartóris do BE, gostaria de referir a qualidade da informação que foi entregue uma vez que não está passível de ser lida. Não é possível compreender toda a informação referida pela Sra. Presidente na documentação enviada, apesar de ter feito o esforço de comparar com a informação dos anos anteriores. Desta forma não se sente em condições de votar favoravelmente a proposta.

Para tentar compreender a informação enviada fez uma pesquisa de Mapas de Pessoal de outras Câmaras Municipais. Verificou que no Mapa da Câmara de S. Pedro do Sul os postos de trabalho estão separados consoante o contrato por tempo indeterminado ou por tempo determinado. Gostaria de perceber qual o critério que leva a que a Câmara Municipal de Palmela não adopte também este esclarecimento relativamente ao vínculo laboral dos trabalhadores.

Sr. Carlos Martins do PS apresenta cumprimentos e votos de boas festas a todos os presentes.

Em relação à proposta apresentada diz que pouco há a comentar uma vez que o Mapa de Pessoal apenas reflecte os regulamentos da estrutura orgânica já aprovados e que tiveram a oposição do PS. Desta forma a votação da bancada do PS será a abstenção.

Relativamente ao Mapa de Pessoal verificam dois aspectos, por um lado a diminuição de alguns postos de trabalho fruto das aposentações, alterações ou finalizações de vínculos e por outro a manutenção de lugares cativos, que não acham muito correcta uma vez que poderão constar de mapas de outros serviços.

O Partido Socialista discorda desde sempre da opção de gestão seguida pelo executivo autárquico, pelo que seria interessante discutir recursos humanos se tal fosse o reflexo duma mudança num modelo de governação autárquica e se os objectivos, e organização, do poder a nível local apontassem para novos e outros caminhos, não os seguidos durante já mais de trinta anos. Cada vez se tem mais do mesmo sem cuidar da sustentabilidade e da racionalidade a que os tempos obrigam. Como os tempos são outros, outras funcionalidades, outra organização de meios, outra organização de recursos humanos, financeira ou tecnológicos seriam necessários para olhar de modo diferente para as pessoas e para o território. Dirigindo-se à Sra. Presidente diz que na nossa autarquia poder não é querer, por isso têm muita pena a cada dia que passa porque todos vão perdendo mais uma oportunidade de transformar e ser futuro.

Termina a sua intervenção citando Milton Friedman: *"... as qualidades necessárias para ser eleito são quase sempre o contrário das que se exigem para bem governar ..."*, e dizendo que os colegas de todas as bancadas não têm que se apoquentar porque o chapéu serve, quase sem nenhuma excepção, para qualquer dos partidos representados na Assembleia Municipal.

Sr. José Cardoso do PSD, diz ser sua opinião que a estrutura é muito pesada mas tem sempre muita dificuldade em criticar a Câmara de Palmela quando ao seu lado, no distrito, tem outras câmaras com políticas diferentes e com estruturas e custos muito superiores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Em Portugal o peso burocrático é muito grande e há gente a trabalhar em sectores que não são lucrativos, não se conseguindo dessa forma criar riqueza para manter essa situação. Grande parte das receitas do município, a par de outros municípios, servem para pagar essas despesas.

Não tem dúvidas que as pessoas que estão à frente do Executivo camarário também têm este tipo de preocupações e isso é visível no Plano de Actividades e Orçamento. Tendo em conta que as receitas do Estado e do Município serão cada vez menos, e que os encargos estão assumidos e as despesas correntes também, irá ser muito difícil gerir uma Câmara com esta estrutura.

Termina dizendo que irão abster-se na votação, solicitando que o apelo feito esteja presente permanentemente nos executivos municipais.

Sr. Valentim Pinto da CDU, quanto à intervenção feita pelo Sr. Membro Carlos Martins relativamente à eficácia, eficiência e opção de gestão dos recursos humanos, e tendo em conta a intervenção feita na última sessão em que comparou a estrutura organizacional da ASAE e da Câmara Municipal que foi considerada despropositada, diz que essa crítica em relação à Câmara Municipal de Palmela é profundamente injusta mas reconhece que a ASAE tem uma estrutura eficaz e eficiente. Refere que nove dias depois de se ter trocado essa divergência de opiniões a ASAE esteve, apenas, na Quinta do Anjo a fiscalizar espaços de jogos e recreio tendo estado nas instalações da Junta de Freguesia a verificar os protocolos existentes. Na altura teve o cuidado de verificar que a ASAE não se deslocou a mais nenhuma freguesia nem concelho limítrofe.

Sr. Carlos Martins do PS, respondendo ao Sr. Membro Valentim Pinto diz que trabalha na ASAE mas não tem nada a ver com a área da fiscalização, uma vez que são áreas completamente diferentes, e que não existe nenhum nexó entre a discussão havida e a intervenção desta entidade. Termina dizendo que há que ter cuidado com certas afirmações que se fazem uma vez que se tratam de assuntos muito sérios.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, diz partilhar da opinião que os documentos em discussão são de leitura difícil. Por um lado respeitam inteiramente a lei e as recomendações, sendo que a interpretação que é dada vai ao encontro daquilo que legalmente é concluído, mas por outro lado existe a questão da forma como é apresentado não ser opção da Câmara Municipal. No anterior regime de carreiras era mais fácil ser associado a conteúdos funcionais concretos, enquanto que no actual isso não pode acontecer porque as carreiras estão sintetizadas em três grandes grupos e a mesma carreira existe em áreas funcionais muito diferentes.

Em relação à questão dos contratados informa que de acordo com a lei têm que aparecer num total, não podendo haver a separação entre contratados por tempo determinado e indeterminado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Não havendo mais intervenções o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 13 votos a favor da CDU, e 10 abstenções (6 do PS, 2 do PSD, 1 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

5 – Protocolos de Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para o ano de 2011

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, diz que as questões mais importante a referir relativamente a esta proposta, tendo em conta as dificuldades financeiras, são a necessidade de conter algumas despesas e ainda as alterações de conteúdo e de forma que foram introduzidas nos protocolos.

Verifica-se um decréscimo de cerca de dezanove por cento nas transferências para as Juntas de Freguesia mantendo-se todos os Protocolos. Houve apenas uma alteração, decorrente da monitorização que foi feita, nos valores para algumas áreas nomeadamente no casos das escolas em que o valor transferido por m2 no caso dos edifícios foi reduzido, mantendo-se os valores aplicados aos logradouros.

Em relação à limpeza de fossas foi feita a actualização da verba no sentido de ser transferida para as Juntas a resultante da receita do serviço que vão prestar, e deixando de existir valores para equipamentos.

Termina referindo que existem ainda pequenos acertos de pormenor em alguns dos outros Protocolos.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, diz que foi autarca de freguesia num tempo em que não existiam os Protocolos de descentralização tendo sido os municípios CDU que deram este passo, em particular o Município de Palmela que concretizou esta grande medida de descentralização para freguesias.

Ao contrário doutros partidos defendem que a descentralização de competências seja por força de Lei, não estando só dependente dos orçamentos municipais mas também do Orçamento de Estado.

São Protocolos muito positivos e com resultados que beneficiam as populações, sendo por isso o caminho a seguir no futuro.

A redução de verba referida pela Sra. Presidente não implica prejuízos para as freguesias, uma vez que foram objecto de discussão entre as partes, até porque é sempre possível discutir acertos com o desenrolar dos protocolos e se as verbas definidas se esgotarem. Apesar dos tempos serem difíceis a Câmara Municipal mantém o nível de valores apresentados, cerca de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

milhão, cento e vinte e três mil, setecentos e noventa e três euros, para um trabalho que tem vindo a ser feito ao longo dos anos e que muito beneficia as populações do concelho.

Sra. Fernanda Esfolá do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato apresenta a seguinte intervenção: *“A freguesia de Marateca tem cento e trinta e quatro quilómetros de área, é a mais rural e a mais distante da sede do concelho. A que tem mais carências a nível de infra-estruturas e de equipamentos. Não tem receitas próprias. Já foi a maior do concelho, e também do país, quando a que é hoje freguesia de Poceirão a integrava. Não quero aqui lembrar o passado, mas tenho que dizer que esta separação foi muito mal feita pois só foi benéfica para o Poceirão que ficou com tudo o que podia gerar receitas próprias, além de ter sido alvo do investimento constante da Câmara, e a Marateca ficou sem nada.*

A Câmara de Palmela ao descentralizar competências veio permitir que a Junta da Marateca se expandisse e criasse uma dinâmica que ao abrigo dos Protocolos de Delegação de Competências permitiu minimizar muitos dos problemas da freguesia, assim como os da Câmara, pois a Junta de Freguesia devido à proximidade com a população consegue ter uma resposta mais eficaz e célere perante os problemas que diariamente se apresentam. Para conseguir atingir os objectivos a Junta teve de comprar equipamento e maquinaria, teve de aumentar o Mapa de Pessoal e dotá-lo de pessoas com competências para conseguir responder a todas as necessidades exigidas.

Os cortes nas verbas para os Protocolos, que este ano foi de cinquenta e seis mil e quinhentos euros, irão colocar em risco a gestão financeira da Junta de Freguesia de Marateca causando muitos problemas, não só a nível interno pois não conseguirá suportar o seu Mapa de Pessoal como ao nível externo pois não conseguirá responder aos fregueses de maneira a obter a sua satisfação e muito menos conseguir progredir e desenvolver-se como é necessário. Cinquenta e seis mil e quinhentos euros no Orçamento da Câmara é pouco relevante, mas para Marateca é muito penalizante. Isto fará continuar a criar uma enorme diferença entre a freguesia de Marateca e as outras freguesias do concelho, que julgo não ser essa a pretensão do executivo camarário pois independentemente de qualquer ideologia, ou filiação partidária, todos os que aqui estamos o que queremos é o melhor para a população.

Não queria continuar a dizer que são quatro filhos e um enteado, mas basta verificar a percentagem da redução no total dos Protocolos das juntas de freguesia. Marateca – vinte e sete por cento, Pinhal Novo – dezasseis por cento, Poceirão – dezassete por cento, Quinta do Anjo – dezasseis por cento e Palmela – vinte e um por cento.

Temos plena consciência que também somos a freguesia menos populacional, também não pretendemos ser a mais populacional, mas continuamos a sonhar com um freguesia mais desenvolvida, com equipamentos e investimentos que façam com que as pessoas lá queiram viver e sobretudo que os seus naturais sintam cada vez mais vontade de não a deixar.

A Junta de Marateca tem atribuídos dez protocolos, mas ao depararmo-nos com esta elevada percentagem de redução leva-nos concerteza a pensar que a Marateca foi a única freguesia que não cumpriu os objectivos. Por esse facto vou falar dalguns e posso demonstrar que existem alguns casos caso onde há necessidade de aumentar o protocolo e não de reduzir. Na reparação e conservação de estabelecimentos de ensino, que eram cinco mas agora são quatro porque a escola de Bairro Margaça está fechada, estão em actividade três escolas, Uma nova em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Cajados, que só dá problemas e todos os dias são feitas intervenções, nas outras duas apesar de não serem tão intervencionadas são escolas já ultrapassadas e a necessitarem de alterações. Nas restantes, que estão desactivadas, numa delas está a funcionar um curso de formação profissional e na do Bairro Margaça a comissão social de freguesia pretende implantar uma loja social. Mesmo que estejam fechadas é sempre preciso fazer intervenções e manutenção. Para este protocolo temos que ter sempre alguém disponível para colocar fechaduras, vidros, estores, torneiras, puxadores, etc.

Na higiene e limpeza dos espaços públicos temos cinco pessoas destacadas pela Câmara, mas por razões várias nunca pudemos contar com todas. Temos uma urbanização que segundo dizem ainda não foi recepcionada mas onde moram cerca de quarenta famílias e onde está localizado o Centro de Saúde e o supermercado. Não temos meios para fazer esta limpeza, contudo todos os dias somos confrontados com as constantes reclamações dos moradores e dos utentes. Vamos fazendo o que podemos, até porque temos os aglomerados populacionais de Fonte Barreira, Fernando Pó, Bairro Margaça e Cajados, os sanitários públicos do Bairro Margaça e os lavadouros do Bairro Popular e de Águas de Moura. Infelizmente porque somos nós que estamos todos os dias em contacto com a população temos tentado cumprir, mesmo sem meios para isso, para que a freguesia continue a ser limpa o que já se torna cada vez mais difícil de conseguir porque há locais onde já não conseguimos chegar.

Uma grande parte da população da nossa freguesia não tem saneamento básico sendo por isso necessário fazer o despejo de fossas. A Junta tem ao serviço deste protocolo dois tractores, duas cisternas e dois trabalhadores. Sempre foi possível fazê-lo com rapidez e eficiência. Era-nos atribuída uma verba que no ano passado foi de vinte e oito mil e seiscentos euros, pois só com a receita dos fregueses é impossível fazer o trabalho. Temos estimado o valor de mais ou menos quarenta e um mil euros para fazer este trabalho, sendo que as receitas dos utentes foram de vinte mil euros. Neste momento temos de aumentar o valor da limpeza de fossas de dois euros por m³ para cinco euros por m³, uma vez que nos foi retirada a totalidade da verba atribuída o que vem dificultar a realização do trabalho, até porque a receita com esta competência devido às graves dificuldades económicas que as pessoas atravessam tem vindo a diminuir. O que acontece é que só com as receitas dos utentes não vai ser possível realizá-la. Estamos solidários com a população e concordamos que deveria haver um aumento, só que deveria ter sido gradual e não tão radical.

Também na rede viária somos nós os que menos recebemos, apesar dos nossos cento e trinta e quatro quilómetros quadrados somos os que temos menos quilómetros de aceiros. Até mesmo as freguesias que têm menos de metade da área da nossa têm mais do dobro dos quilómetros em aceiros e recebem por isso. Nesta área, e neste ano, fizemos muitas intervenções em aceiros que necessitavam dum melhor escoamento de águas pluviais, nomeadamente colocando manilhas facilitando muitas vezes o trabalho da Câmara. Temos também afecto a este protocolo maquinaria, equipamento e trabalhadores que nos permitem realizá-lo.

Em relação à conservação de pavimentos em calçadas está a decorrer neste momento na rua 25 de Abril, em Cajados, o calcetamento de alguns espaços. Como foi dito pelo Sr. Vereador Álvaro Amaro com grande esforço da Câmara para a sua execução tendo sido mesmo utilizada a pouca verba que restava para o efeito. Tenho muita pena que tenha sido programado este trabalho quando já só restava pouco dinheiro, porque este investimento tem gerado um grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

descontentamento por parte da população que entende que esta obra foi há tanto tempo solicitada que deveria ser feita na sua totalidade e não em pequenos passos. No entanto vamos ter mais calçada para reparar e menos verba para o fazer.

Na conservação e limpeza de equipamentos desportivos descobertos, infelizmente para a Marateca não temos este protocolo por dois motivos. Primeiro porque não temos equipamentos desportivos e segundo não levou nenhum corte.

Na conservação e limpeza de espaços de jogo e recreio, recebemos por um único equipamento. No entanto existe um equipamento na urbanização do Sobreiro que nos tem dado muitos problemas, nomeadamente pelo espaço onde está colocado, sendo já do conhecimento da Câmara esta situação. Temos vindo a fazer o possível mas não conseguimos resolver, pelo que precisamos urgente de incluir este equipamento no protocolo.

Também temos necessidade de alargar a competência na conservação de espaços verdes pois temos uma zona verde onde está situado o nosso sobreiro centenário e continuamos dentro das nossas possibilidades a fazer a sua conservação. Já não falamos das outras zonas verdes desta urbanização que entretanto já deixaram de ser verdes, mas o nosso sobreiro necessita de toda a nossa atenção e preservação.

Com tudo isto tenho neste momento um grande problema por resolver em relação à votação desta proposta, porque são de tal maneira os sentimentos contraditórios que sinto em relação a estes protocolos que por um lado a minha vontade era dizer a Marateca não quer estes protocolos com estas verbas e estes cortes. Mas o amor e o grande orgulho que sinto pela minha terra e pelas pessoas que nela vivem e o grande desejo de minorar os problemas e as dificuldades com que todos os dias nos debatemos, e o meu sentido de dever perante os trabalhadores e os compromissos que ao longo dos anos a Junta da Marateca foi assumindo diz-me que mesmo o pouco é muito e necessário. Para conseguir manter com bastante dificuldade a dignidade desta freguesia com história que se perde no tempo, história esta que tem que ser escrita de novo, vou citar uma frase dum grande homem que lutou pelos direitos humanos, Mahatma Gandhi: "Se queremos progredir não devemos repetir a história mas fazer uma história nova." Deste modo o sentido da minha votação será a abstenção."

Sr. José Braz Pinto do PS apresenta a seguinte intervenção: *"A presente proposta tem como efeito único a redução da despesa da Câmara, com estas delegações de competências e tal deve ser afirmado com clareza. Vejamos a proposta:*

- No ponto um diz-se que o valor de referência por m², nas escolas, estava sobrestimado e reduz-se de catorze para doze euros por m². Interrogo-me: os preços dos produtos aplicados (tinta, produtos de higiene, vidros, cimento, acessórios, baixaram de preço apesar da crise e da inflação? A mão-de-obra e os combustíveis não subiram? Então das duas uma: ou o cálculo feito em 2009 pela CMP estava mal feito, erro da Câmara, ou as escolas diminuíram o que não me parece porque nenhuma foi demolida e mesmo as que não estão activas continuam a ser conservadas. Então daqui deduz-se que só se pretende reduzir encargos. Isto que fique bem claro.

- No ponto dois diz-se que nenhuma Junta de Freguesia conseguiu alcançar a reparação do número de placas definidas no anterior protocolo. Das duas uma: ou os municípios passaram a ser mais civilizados e a respeitar as placas não as estragando ou as Juntas não têm eficácia para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

reparar o degradado. Vivo no Poceirão e, infelizmente, vejo inúmeras placas deterioradas por caçadores ou outros humanos armados que delas fazem alvo para a sua pontaria. Vejo inúmeras substituições. Então tenho que considerar que se pretende de facto é reduzir o encargo.

- Do despejo de fossas no ponto três nada digo porque já disse tudo no período de antes da ordem do dia.

- Do ponto quatro ressalta o mesmo argumento do ponto dois. Outro atestado de incapacidade para as Juntas. O que se pretende é reduzir encargos.

- No ponto cinco, com outras palavras, repete-se os argumentos dos pontos quatro e dois. Então Srs. Presidentes de Juntas já nem conseguem gastar as verbas dadas para os mercados? Outro atestado de incompetência às Juntas. Diz-se que o funcionamento dos mercados irá sofrer alterações. Quais? Reduz-se a verba sem se explicar o motivo da redução? O que se pretende é reduzir os encargos.

- No ponto seis diz-se claramente que a Câmara quer acabar com o pagamento dos custos indirectos indo penalizar as Juntas que os continuam a ter, e terão, que arcar com eles em contrapartidas.

Repito: Diga-se abertamente que, face às dificuldades financeiras da Câmara, há que reduzir estas participações.

Não se entre em contradições: no preâmbulo diz-se que, em virtude da proximidade, as freguesias têm uma capacidade acrescida para a resolução de problemas. Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários e que os protocolos têm subjacente a boa gestão. Depois diz-se que as Juntas não tiveram capacidade para efectuar todos os trabalhos e gastar todas as verbas.

Isto é humilhante para as freguesias, mas também é frustrante saber que perante as dificuldades gerais o Governo cortou oito e meio por cento das verbas para as freguesias e a Câmara, que está contra estes cortes, aplica um corte de sua autoria no valor médio de dezanove por cento.

Quanto à injustiça dos cortes não me vou pronunciar uma vez que a Sra. Presidente da Junta de Marateca já referiu quais as distribuições e onde Marateca foi a mais penalizada com vinte e sete por cento.

Analisando a seco dir-se-ia que a Marateca era a freguesia que melhor situação económica tem, quando na realidade é a freguesia menos desenvolvida, menos equipada e mais descentralizada do concelho.

Não me reporto em relação à comparação que fiz entre estes cortes e as quotas para as Associações de Municípios, para não me repetir.

Na realidade a Câmara descarregou sessenta por cento dos cortes que pretende fazer nas Freguesias e no Movimento Associativo.

Isto será muito diferente daquilo que se critica no poder central?

Senhor Presidente, Srs. Membros da Assembleia,

Esta argumentação levar-nos-ia ao voto contra, à semelhança do voto dos nossos vereadores. Só o não fazemos por solidariedade para com a nossa Presidente de Junta de Marateca. Iremos abster-nos por pensar que se as Juntas denunciasses todos os protocolos, ideia que certamente passou pela cabeça de muitos Presidentes, ficariam esvaziadas de muitas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

funções que desempenham e da quase cumplicidade com os munícipes para resolução atempada dos seus grandes problemas.”

Sr. José Cardoso do PSD, agarrando na palavras do Sr. Membro Joaquim Caçoete, que foi autarca de freguesia antes de haver delegação de competências, diz conhecer muito bem Marateca e está completamente de acordo com a brilhante exposição feita pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia.

Reconhecendo todas as dificuldades que a Câmara tem e os cortes que tem que fazer, e não tendo dúvidas que o executivo camarário conhece a realidade da Marateca, chega à conclusão que acabou por aplicar a todas as freguesias o mesmo processo. Chama a atenção para o facto de cada Junta de Freguesia ter uma realidade diferente.

Diz que na linha, e na conduta, da sua actuação nesta Assembleia Municipal e solidarizando-se com a Sra. Presidente da Junta, irá abster-se na votação. No entanto elogia a Câmara de Palmela pelos protocolos que faz, porque outras Câmaras não fazem, mas tem muita pena que de todo não seja possível rever o apoio à Junta de Freguesia de Marateca.

Termina a sua intervenção dizendo que deste modo e até final do mandato não se calará solidário com a Sra. Presidente da Junta, enquanto membro da Assembleia de Freguesia, manifestando também a sua indignação pelo facto do membro da CDU que faz parte do executivo da Junta de Freguesia de Marateca não tenha estado presente no público reivindicando aquilo que é justo, porque devido aos mais diversos factores Marateca deverá ter um apoio diferenciado das outras Juntas.

Sr. Valentim Pinto da CDU, refere que este tipo de discussão, como todas as outras, deve ser feito com seriedade e serenidade.

A Junta de Freguesia de Quinta do Anjo no reajustamento das delegações de competências, conjuntamente com a que foi efectuada em Setembro, teve uma redução de vinte e seis por cento que acrescendo à redução dos oito por cento do FFF dá menos trinta e quatro por cento de orçamento. A Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, em termos de ranking do concelho e verbas do FFF, é a penúltima sendo penalizada por ser considerada uma freguesia medianamente urbana que é um critério obtuso. A redução de trinta e quatro por cento é muito significativa e depois de afectar verbas, aos protocolos e às despesas de funcionamento da estrutura, fica um saldo que ronda os dez mil euros o que é irrelevante.

Há uma questão que não pode ficar esquecida que é o facto destas competências serem das Câmaras Municipais, pelo que a discussão que deveria ser feita era que as competências próprias das Juntas de Freguesia são absolutamente irrelevantes. Aquilo que a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, e as outras, recebe do poder central não tem qualquer sentido. Funcionar com esse valor, cem mil e oitocentos euros, seria apenas para passar licenças de canídeos, tratar dos fontanários e do cemitério que é competência própria.

Ao estabelecer estes protocolos de delegação de competências, a Câmara transferia verbas para viabilizar os mesmos e também algumas actividades que cada Junta desenvolvia e autonomamente conforme a sua iniciativa. De algum modo foram interiorizando que essas verbas cresciam aos protocolos e que viabilizavam um conjunto de iniciativas que são importantíssimas do ponto de vista local e que agora não irão conseguir realizar. De qualquer modo reconhece que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

as Câmaras estão impedidas, até do ponto de vista legal, de subsidiar as Juntas de Freguesia. Quando a Câmara de Palmela, a par de outras, teve um corte de receitas próprias e do Orçamento de Estado era inevitável fazer um reajustamento.

Não querendo pronunciar-se sobre a intervenção da Sra. Presidente da Junta de Marateca, porque não seria correcto fazê-lo, e apesar da redução não lhe permitir a realização das iniciativas, culturais, desportivas, etc., porque elas não fazem parte duma espécie de direito adquirido pelas Juntas de Freguesia, tem condições para realizar os protocolos porque se não tivesse não era obrigado a assinar. Ao que sabe nenhuma Junta foi coagida a fazê-lo uma vez que existe essa liberdade entre as duas partes. No que respeita a Quinta do Anjo chegou em determinada altura a ponderar não aceitar o protocolo da higiene e limpeza urbana, porque os trabalhadores destacados pela Câmara eram insuficientes para assegurar o serviço. Complementarmente a Câmara apoiou com a varredura mecânica e apesar de tudo a Junta fez um esforço, mesmo com metade dos efectivos, porque acharam que tinham melhores condições de o fazer do que passar o tempo a enviar reclamações. Em sua opinião há que reajustar as prioridades às verbas disponíveis e redireccioná-las para outras áreas onde se podem fazer intervenções com custos mínimos.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Braz Pinto, sobre a existência de critérios de natureza política para a definição dos protocolos, diz que daquilo que leu todos eles são iguais em termos de valores calculados. O que a Câmara de Palmela não faz é o que a Câmara Municipal do Montijo fez relativamente à Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, que é da CDU, a quem retirou os protocolos porque o Presidente da Junta criticou publicamente a Câmara.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, uma vez que muitas coisas já foram ditas gostaria de acrescentar que compreende perfeitamente as preocupações da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca. É evidente que hoje todos os autarcas que gerem ou que exercem competências num território sentem as dificuldades resultantes da vida das pessoas nesse território, e Marateca não podia ser excepção. Mesmo que os protocolos se mantivessem nos moldes anteriores qualquer um dos Srs. Presidentes de Junta teria muitas preocupações e muitos sonhos por realizar, como acontece com a Câmara no território concelhio. É preciso notar que o sentimento de frustração que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca revela não é diferente do sentimento do executivo camarário quando vê as receitas cortadas de forma tão substantiva que impedem a realização de muitas acções a nível concelhio.

Refere que os critérios para elaboração dos protocolos são exactamente os mesmos em todas as Juntas de Freguesia. A alteração da verba em Marateca justifica-se principalmente pelo facto de haver a coincidência de ter menos uma escola, uma vez que as salas são contabilizadas, sendo que a verba das escolas é bastante significativa. Por outro lado a verba respeitante ao despejo das fossas é uma verba que pode ser recuperada através da tarifa que passa a ser aplicada.

A propósito desta tarifa gostaria de dizer uma coisa que não será só para Marateca. Os Srs. Presidentes de Junta fizeram uma opção que foi taxar as empresas com o mesmo valor que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

cidadão em nome individual, o que não é correcto, permitindo também que muito trabalho seja feito sem ser cobrado. Compreende que quem está perto das pessoas, e lhes conhece as dificuldades, tem tendência a ser mais benevolente mas se a Câmara seguisse essa lógica deixaria as dívidas da água atingir limites inoportáveis. Há regras que têm que se cumprir, e se o forem não lhe parece que os protocolos não sejam exequíveis e não permitam concretizar as competências que são transferidas e as tarefas que passam a ser cometidas.

Diz não ter dúvidas que os Srs. Presidentes de Junta desenvolvem muito trabalho e que fazem muitas coisas que não são visíveis directamente, mas aquilo que fazem ao abrigo das verbas recebidas pela transferência de competências tem que ser provado. A IGAL interpela constantemente a Câmara acerca destes Protocolos, por esse facto tal como a Câmara tem que prestar contas as Juntas também têm que o fazer. Já se provou aos Srs. Presidentes de Junta que não conseguem fazer prova do dinheiro que recebem, pelo que têm que apurar um pouco mais os relatórios de prestação de contas que apresentam. São verificados grandes desfasamentos que não são tomados em linha de conta, porque se o fossem as Juntas de Freguesia dificilmente conseguiriam receber as verbas propostas. Se no próximo ano não se conseguir provar as verbas transferidas no corrente ano terá que ser introduzido outro tipo de corte, caso contrário terá que ser a Câmara a prestar contas dessas verbas.

Em relação à questão dos aceiros e rede viária em terra batida da Marateca, tem a dizer que esta freguesia tem muitos caminhos privados em terra batida que não podem concorrer para o cálculo da área a protocolar. A rede viária pode ser maior que qualquer freguesia mas a nível de protocolos só pode ser considerada a que é pública.

Refere que a Câmara Municipal tem uma relação de cooperação com todas as Juntas de Freguesia que é igual para Marateca, existindo um trabalho complementar entre a Junta e a Câmara que não deixa de ser feito. Dá com exemplo uma empreitada de calcetamento de bermas que foi lançada em que, da verba disponível, quarenta e oito por cento foi aplicada em Marateca. Pode não ser suficiente mas a verba restante, cinquenta e dois por cento, foi dividida pelas outras freguesias. O investimento é proporcional à justiça que é reconhecida às pretensões. Cajados necessitava muito da obra que está a ser feita e que, apesar de ainda não estar concluída, irá ser feita por troços.

É forçada a dizer uma coisa porque é muito importante. É usual ouvirmos os Srs. Presidentes de Junta dizer que as Juntas ficariam esvaziadas de competências se não fossem os protocolos. Não é a Câmara que tem competência para definir essas competências, é em sede da ANAFRE e nas reivindicações junto do Governo que têm que apresentar essas questões. A posição da Câmara Municipal é conhecida uma vez que é de opinião que as Juntas deverão ter mais competências do que as que têm e que devem receber directamente do Orçamento de Estado e não da Câmara Municipal.

Em relação às contas finais é evidente que as Juntas não apresentam todas as contas de forma idêntica, numas consegue-se perceber a verba gasta em cada protocolo mas noutras não se consegue. Uma coisa é certa, todas as Juntas gastaram menos do que as verbas que foram atribuídas e se, se, contar apenas a verba que é recebida da administração central não se compreende algumas despesas que as Juntas conseguem assumir e que são claramente superiores às verbas recebidas, significando que existe receita dos protocolos da Câmara que é utilizada para essas despesas. Não consegue compreender, nem concluir, que os protocolos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

sejam tão injustos assim ou que o protocolo com a Junta de Marateca, com a sua quebra, seja tão injusto assim. Sem dúvida que é difícil gerir com menos dinheiro e isso também está a acontecer na Câmara Municipal onde se estão a fazer cortes, menos obras, menos conservação, menos manutenção, menos investimentos e onde não serão feitas reparações em muitos equipamentos. Questiona como é que se compreenderia que não transferissem essa mesma lógica, á escala, para as Juntas de Freguesia. Não se compreenderia que os Srs. Presidentes e as Juntas de Freguesia continuassem com disponibilidade para fazer o que fazem e para apoiar o movimento associativo sendo a Câmara obrigada a cortar quarenta por cento ao movimento associativo.

Para terminar refere que os protocolos reflectem rigorosamente as contingências com que a Câmara está confrontada, tem pena que não animem ninguém mas o Orçamento municipal também não anima o executivo.

Não havendo mais intervenções o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 14 votos a favor (13 da CDU e 1 do BE), e 9 abstenções (6 do PS, 2 do PSD e 1 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

6 – Processo de Delimitação Administrativa da Freguesia de Poceirão

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a presente proposta resulta dum trabalho longo, muito moroso e de muito pormenor que, para além do trabalho dos técnicos da Câmara, se deveu sobretudo ao grande envolvimento e à grande disponibilidade dos Srs. Presidentes de Junta.

Trata-se da delimitação administrativa da freguesia de Poceirão mas teve implicações com mais sete Juntas de Freguesia e quatro Câmaras Municipais.

Chegou-se a acordo no acerto de todas as áreas em todos os casos havendo apenas que fazer três pequenas alterações que são as que constam do teor da proposta. Estas alterações foram feitas por acordo entre o antigo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão.

O trabalho realizado é competência do Instituto Geográfico Português e esperava-se que o fizesse, mas como se concluiu que não seria resolvido sem a intervenção da Câmara Municipal resolveu-se assumi-lo e fazê-lo.

Foram feitas muitas reuniões e idas ao terreno, fornecidos muitos elementos, desenvolvendo-se um trabalho exemplar entre todos os técnicos das autarquias envolvidas até chegar ao trabalho final. Este trabalho foi discutido e aprovado em todas as Juntas e Assembleias de Freguesia, nas Câmaras e Assembleias Municipais envolvidas.

Com a deliberação a ser tomada hoje chega-se ao fim do processo de Delimitação da Freguesia de Poceirão. Tratou-se dum processo exemplar, talvez pioneiro não se sabendo se terá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

sido Palmela a única Câmara a desenvolver o trabalho ou pelo menos uma das poucas a concluí-lo.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

Sr. Pedro Taleço do PS ausentou-se da sala cerca das duas horas e cinquenta e oito minutos.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, diz que acompanhou de perto o processo quando fez parte do executivo da Junta de Freguesia de Palmela que foi muito discutido e bem acompanhado pelas populações com reuniões em quase todos os locais que ficariam na nova freguesia de Poceirão e nos que mudariam de freguesia, como foi o caso de Cajados que passou de Palmela para Marateca.

O trabalho de delimitação foi feito e apresentado no projecto aprovado na Assembleia da República só que não foi concluído pelo Instituto Geográfico Português. Essa situação levou a que os agricultores não fossem considerados para a agricultura como inseridos numa zona rural, e desfavorecida, com os consequentes prejuízos que irão continuar a acontecer enquanto a Comunidade Europeia não receber todos os dados do processo.

Termina dizendo que foi um trabalho bem conseguido e a freguesia de Poceirão é hoje reconhecida como uma grande freguesia do concelho.

Sr. José Cardoso do PSD, gostaria de enaltecer e felicitar o trabalho da Sra. Eng^a. Jacinta do Rosário Almeida. Diz que teve oportunidade de contactar com vários intervenientes no processo que lhe afirmaram claramente que se não fosse a sua acção empreendedora, dinâmica e com conhecimento talvez o processo ainda não estivesse terminado.

É pena que os processos levem anos a serem terminados, por razões várias, mas felicita o executivo da Câmara que uma vez mais teve que tomar a iniciativa para resolver problemas muito concretos.

Não havendo mais intervenções o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 22 votos a favor (13 da CDU, 5 do PS, 2 do PSD, 1 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sr. Pedro Taleço do PS retoma participação nos trabalhos cerca das três horas e dois minutos.

7 – Aprovação da proposta de Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal em Pinhal Novo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

Sr. José Braz Pinto do PS, refere que um Plano de Pormenor é sempre um plano eminentemente técnico e com opções que por vezes são técnicas e por outras são estéticas. Entendem ser melhor existir um plano do que não existir nenhum, e como sempre têm desenvolvido críticas à Câmara por falta de planeamento, não podem deixar de nesta altura saudar a aprovação do Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal.

Sr. José Cardoso do PSD, diz que com o plano agora apresentado estão criadas as condições para tornar uma zona que seria feia num local muito melhor. Mais uma vez a Câmara, a freguesia e os munícipes de Palmela têm que estar satisfeitos porque se trata dum bom trabalho e exemplar na forma como foi apresentado aos Membros deste órgão.

Sra. Ana Sartóris do BE, diz que a propósito deste Plano de Pormenor é inevitável questionar a revisão do Plano Director Municipal até porque ao longo da documentação apresentada, alguma de muito difícil leitura, se verifica que a CCDR levanta problemas de conformidade com o PDM. Em sua opinião essa questão não se levantaria se a revisão do PDM inicialmente prevista para ser concluída em 2007, e sobre a qual não têm muitas informações, já estivesse terminada.

Gostaria de colocar uma dúvida relativamente ao número de lugares de estacionamento referidos no parecer final da CCDR. Verificando-se uma diminuição no número de lugares previstos inicialmente pergunta em que medida é que isso poderá prejudicar, ou não, os moradores uma vez que é mencionado um aumento do índice de edificabilidade.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas diz que a questão do estacionamento tem que ser vista em conjunto com o que se prevê no plano e com o que já existe na oferta concretizada e ainda naquilo que poderá vir a ser uma outra oferta, nomeadamente o estacionamento em caves.

Sobre o ponto de situação do PDM diz que este plano padece dos mesmos problemas que os planos de pormenor uma vez que leva anos a ter respostas a questões essenciais. Nos últimos dois anos têm andado enredados com a definição e a aplicação da carta da REN e da Reserva Agrícola Nacional, primeiro a nível geral e depois ao território do concelho. Enquanto decorreu a alteração ao PROT da AML não foi possível avançar a revisão dos PDM's. Estando o PROT em fase de conclusão, encontra-se em consulta pública tendo sido feita a primeira reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

apresentação na região há dois dias, esperam que a partir do início do ano não seja preciso aguardar a sua publicação para ser retomado o ritmo de discussão do PDM. Infelizmente, mesmo com medidas administrativas que entretanto foram tomadas, com a publicação de legislação específica, a revisão dos PDM's continua na média dos cinco a sete anos.

Não havendo mais intervenções o **1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 23 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 1 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sra. Presidente da Câmara, antes de terminar a sessão gostaria de desejar a todos os presentes, em nome do executivo, os votos de bom natal e um bom ano de 2011.

1º. Secretário servindo de Presidente da Mesa, aproveita a oportunidade para desejar votos de festas felizes a todos os presentes.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 03,10 horas do dia 18 de Dezembro de 2010, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Simplício Joaquim Guerra Piteira redigi e subscrevi.

Palmela, 18 de Dezembro de 2010